

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf JULIO CESAR **AGUIAR SIQUEIRA**

**A evolução da estrutura organizacional
do Exército Brasileiro entre 1970 e 2005**



Rio de Janeiro

2019

Maj Inf JULIO CESAR **AGUIAR SIQUEIRA**

**A evolução da estrutura organizacional
do Exército Brasileiro entre 1970 e 2005**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Ten Cel MB **VANDRÉ** ROLIM MACHADO

Rio de Janeiro

2019

S618e Aguiar Siqueira, Júlio César

A evolução da estrutura organizacional do Exército Brasileiro entre 1970 e 2005.
/ Júlio César Aguiar Siqueira. 2019.
60 f. il; 30 cm.

Orientação: Vandrê Rolim Machado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) Escola
de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: f. 53-60.

1. EXÉRCITO BRASILEIRO. 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL. 3. PLANO
DIRETOR de 1970. 4. FT90. 5. FT2000. I. Título

CDD 355.3

Maj Inf JULIO CESAR **AGUIAR SIQUEIRA**

**A evolução da estrutura organizacional
do Exército Brasileiro entre 1970 e 2005**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 31 de outubro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

VANDRÉ ROLIM MACHADO – Ten Cel MB - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

SANDRO SILVA RUIZ – Ten Cel Cav - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

VINÍCIUS DAMASCENO DO NASCIMENTO – Maj Int - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

A Deus por ter me dado saúde e graça para executar este trabalho. À minha amada esposa Elisa e aos meus filhos Pedro e Júlia, pelo apoio e a compreensão durante a execução desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado durante a execução desta tarefa.

À minha amada esposa Elisa e aos meus filhos Pedro e Julia, pela compreensão em saber que as horas gastas na execução desta pesquisa tinham um propósito maior.

Ao meu orientador, Ten Cel MB Vandr , pela orienta o segura e precisa durante a elabora o deste trabalho e pelas sugestões apresentadas ao longo de 2019.

RESUMO

A evolução da estrutura organizacional do Exército Brasileiro sempre foi algo almejado por líderes militares e políticos durante toda a história. Este trabalho analisou a evolução da estrutura organizacional do Exército Brasileiro entre 1970 e 2005 a partir das 3 maiores reestruturações ocorridas neste período, a saber: a implantação do Plano Diretor de 1970, o desencadeamento do Projeto FT90 e a execução do Projeto FT2000. Demonstrou-se a linha evolucionária das mudanças ocorridas nos diferentes níveis estruturais, ou seja, nos Órgãos de Direção Geral, nos Órgãos de Direção Setorial e na própria Força Terrestre brasileira.

Expressões ou Palavras-chave: Exército Brasileiro, estrutura organizacional, Plano Diretor de 1970, FT90, FT2000.

ABSTRACT

The evolution of the organizational structure of the Brazilian Army has always been something desired by military and political leaders throughout history. This paper analyzed the evolution of the Brazilian Army's organizational structure between 1970 and 2005 from the 3 major restructurings during this period, namely: the implementation of the 1970 Master Plan, the launch of the FT90 Project and the execution of the FT2000 Project. Showed the evolutionary line of the changes that occurred at the different structural levels, that is, in the Organs General Directions, in the Organs Sectors Directions and in the Brazilian Land Force.

Key words: Brazilian Army, organizational structure, 1970 Master Plan, FT90, FT2000.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Estrutura organizacional do Exército em 1969	18
Figura 02	Organização Territorial da Força Terrestre em 1969	24
Figura 03	Distribuição da Força Terrestre no território em 1968	26
Figura 04	Estrutura organizacional dos Órgãos de Direção Geral e Setorial em 1980	34
Figura 05	Estrutura organizacional dos Órgãos de Direção Geral e Assessoramento antes da FT90	42
Figura 06	Estrutura organizacional dos Órgãos de Direção Geral, Assessoramento e Direção Setorial após a implementação da FT90	42
Figura 07	Distribuição territorial da Força Terrestre brasileira a partir da FT90 e FT2000 em 2004	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Resumo da estrutura organizacional da Força Terrestre em 1968	27
Tabela 02	Resumo da estrutura organizacional da Força Terrestre em 1981	37
Tabela 03	Resumo da estrutura organizacional da Força Terrestre em 2005	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL METODOLÓGICO	
2.1	O problema	16
2.2	Objetivo Geral	16
2.3	Objetivos Específicos	16
2.4	Delimitação	16
2.5	Relevância do Trabalho	16
2.6	Definição de Termos	17
3	A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EXÉRCITO A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 1970	
3.1	Estrutura Organizacional do Exército antes de 1970	18
3.1.1	Órgãos de Direção Geral antes de 1970	19
3.1.2	Órgãos de Direção Setorial antes de 1970	19
3.1.3	Órgãos de Assessoramento e Apoio antes de 1970	21
3.1.4	Força Terrestre antes de 1970	22
3.2	O Plano Diretor de Organização do Exército de 1970	28
3.2.1	Mudanças nos Órgãos de Direção Setorial	31
3.2.2	Mudanças na Força Terrestre	34
4.	A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EXÉRCITO A PARTIR DOS PROJETOS FT90 E FT2000	
4.1	Antecedentes aos Projetos FT90 e FT2000	38
4.2	As mudanças nos Órgãos de Direção Setorial e Assessoramento	41
4.3	As mudanças na Força Terrestre	43
5	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1 INTRODUÇÃO

“Ordem do Dia – General de Exército Enzo Martins Peri – Comandante do Exército, 19 de abril de 2010

Vivemos tempos desafiadores. Os desafios do passado foram à manutenção da unidade nacional, evitando sua fragmentação; o estabelecimento de fronteiras definitivas; a independência da Colônia; a proclamação da República; a preservação da integridade do território brasileiro, da democracia, da ordem e do progresso. Os desafios de hoje implicam contribuir com o desenvolvimento nacional, com o bem estar social (...) Os desafios de amanhã são imprevisíveis. (...) Precisamos envolver a sociedade nessa discussão, comprometer, ainda mais, as autoridades com a Estratégia Nacional de Defesa, e preparar um exército dissuasor e com a mesma estatura do Brasil.” (NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, 2010, p.1)

As palavras do Comandante do Exército em 2010 na Ordem do Dia sintetizam um ideal almejado pelos chefes militares brasileiros há várias décadas: a evolução da Força Terrestre à estatura de um Brasil grandioso. Este desejo é acalentado desde a emancipação política brasileira e persiste até os dias atuais.

Observando tal premissa surge uma pergunta: qual a origem deste sonho de evoluir o Exército de forma a torná-lo compatível com a grandeza do país? De acordo com Nascimento (2010) se depreende que antes da Guerra do Paraguai (1865-1870) já havia uma insatisfação com os armamentos e equipamentos militares da Força Terrestre. O conflito sul-americano potencializou o desejo de modernização.

Os problemas internos após a Proclamação da República também contribuíram para a ampliação deste ideal. Notadamente a Revolta de Canudos na Bahia entre os anos de 1897 e 1898 e a Revolta do Contestado na divisa entre o Paraná e Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1916, demonstraram a demanda urgente da evolução dos equipamentos e da logística militar. A deficiência na estrutura da Força Terrestre brasileira era tão grande que o escritor Euclides da Cunha, quando descreveu a Revolta de Canudos na famosa obra “Os Sertões”, chegou a afirmar que “não tínhamos Exército na significação real do termo” (CUNHA, 1902, p. 164).

Nascimento atesta que “a assertiva amarga e cruamente reveladora” de Euclides da Cunha “não era exagerada”, pois “de fato, em termos operacionais, a Instituição pouco podia fazer com seu equipamento deficiente, seu armamento obsoleto e a falta de infraestrutura dos quartéis” (NASCIMENTO, 2010, p.11).

No início do século XX os próprios políticos brasileiros já atestavam as necessidades de mudanças. Carvalho (2005) afirma que entre 1906 e 1910, a convite

do Kaiser alemão Guilherme II, três grupos de oficiais da Força Terrestre foram enviados à Alemanha para estagiar e absorver as doutrinas e treinamentos do exército alemão da época, de forma a contribuir com a evolução do Exército.

Segundo Campos, os oficiais enviados à Alemanha destacaram-se pelo empenho em reformar o Exército, sobressaindo-se na história política do país nas décadas seguintes. Em 1913, inspirados por um semanário alemão “*Militär Wochenblatt*” (periódico publicado entre 1816 e 1942), os “jovens turcos” criaram a revista “*A Defesa Nacional*” (grafia da época), a qual se tornou o principal instrumento difusor do pensamento em evoluir o Exército por um bom tempo (CAMPOS, 2011). O ideal modernizante, refletindo as “idéias do novo Exército”, se fez mostrar desde a primeira publicação (KLINGER et al, 1913).

O atraso em que o Exército Brasileiro se encontrava nesta época era tão grave que, segundo Júnior, o Chefe do Estado Maior do Exército (EME) de 1915, Marechal Bento Ribeiro, “constatou a inexistência de uma doutrina, de um programa lógico (...) e de um plano conjunto traduzindo, rigorosamente, as necessidades de defesa”. Júnior atesta, ainda, que um relatório do EME de 1915 assinalava “falta de uma doutrina, o que redundava na inexistência de programas e planos (...) traçados (...) após estudos aprofundados” (JÚNIOR, 2013, p. 7).

Com o passar das décadas, o desejo de evoluir o Exército à altura da grandeza do país chegou a encontrar defensores até no mais alto escalão do governo: segundo Câmara, Getúlio Vargas, em 1930, durante a passagem de comando da Escola Militar do Realengo, ao atribuir a missão do novo comandante indicava que o Coronel José Pessoa deveria “gerar condições de formação de oficiais para o Exército de um Brasil de grandeza” (CÂMARA, 2012, p.10).

Segundo Amorim (2008), o ciclo desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) trouxe as multinacionais ao país e o incremento da produção nacional, potencializando um clima de euforia. A crença de que a nação deveria alçar vôos maiores era reforçada pelo expressivo aumento do consumo interno. O sentimento de “Brasil, campeão do mundo” era influenciado pela mídia, que inflamava orgulho patriótico, principalmente após o país sagrar-se vencedor das Copas do Mundo de Futebol de 1958 e 1962, como se verifica no seguinte trecho do Jornal Folha da Manhã de 1958:

“Não se deve subestimar, como fator da valorização do país e de fusão de sentimentos nacionais, a vitória obtida na Suécia pelo selecionado

brasileiro de futebol. O Brasil sagrou-se campeão do mundo no esporte mais popular que se cultivava em nossa terra. Além disso, houve senso de equipe e boa organização, o que pode exprimir um progresso geral do nosso povo, no sentido de preparar-se mais disciplinadamente nos vários campos da atividade humana.” (FOLHA DA MANHÃ, 1958, p. 2)

O pensamento de que o Brasil deveria se projetar no mundo foi intensificado nos governos militares. A adoção do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) por Castello Branco traduzia a aspiração do “Projeto Brasil Potência” (CYSNE, 1994). Segundo Silva “vigoravam o otimismo e a firme crença na inevitabilidade do desenvolvimento brasileiro” (SILVA, 2013, p. 80). Artigos da época atestavam esse pensamento:

“O que representa o Brasil? Apenas um país sul-americano em desenvolvimento, com 8,5 milhões de quilômetros? Qual seu papel no mundo e no Ocidente? Para não nos estendermos muito, consideremos apenas que esse país é um gigante; (...) povo que implanta uma indústria automobilística, a qual, em 8 anos, alcançou o 9º lugar em produção no Globo, alinhando-se a velhos países industriais; (...) Não se pode negar que o Brasil é um país destinado a desempenhar papel saliente nas grandes questões do mundo. Se hoje estão em pauta os Estados Unidos, o Reino Unido, URSS, França, China, amanhã, queiram ou não, a voz do Brasil será ouvida com mais ressonância; a nação (...) assentar-se-á à mesa das conferências internacionais, com grande poder de decisão.” (POZZOBOM, 1968, p. 90).

Porém, segundo Silva (2013), o panorama otimista do país contrastava substancialmente com o espírito dos militares, insatisfeitos com o atraso em que se encontrava a Força Terrestre. A obsolescência do material, a ausência de uma doutrina nacional, a insuficiência de pessoal e a falta de evolução da estrutura organizacional preocupavam a oficialidade da época. Tais fatos são facilmente percebidos ao se observar algumas publicações da época na Revista “A Defesa Nacional”, conforme se verifica a seguir:

a. Em artigo intitulado “Forças helitransportadas de Infantaria” na revista “A Defesa Nacional”, o Capitão Domingues (1970) discorre sobre uma proposta de emprego de forças helitransportadas pela infantaria brasileira. Baseando-se na experiência do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana (FAIBRÁS) o autor apresenta conceitos, doutrina e quadros organizacionais que poderiam ser utilizados pelo Exército, salientando a versatilidade e a mobilidade das tropas helitransportadas e a necessidade urgente em possuir tropas deste tipo;

b. Em 1966, um grupo de instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) publicaram um artigo intitulado “Nova organização para a Cavalaria” (SANT’ANNA et al, 1966), onde se apontava deficiências da arma à época e as características que se desejavam nas Grandes Unidades de Cavalaria, com observações quanto à adoção do escalão brigada, quanto à mecanização das unidades e quanto a reorganização da arma. A evolução de meios hipomóveis para mecanizados era assunto recorrente conforme se verifica nas revistas “A Defesa Nacional” de 1967 e 1968, em artigos como: “Um dilema para o Exército: diesel ou gasolina?” (PINTO, 1967), “Considerações sobre a Cavalaria do Exército Brasileiro” (ROCHA, 1968) e “Reorganização da Cavalaria Brasileira” (POZZOBOM, 1968);

c. Com conotação similar, em 1966 a revista “A Defesa Nacional” trazia artigo intitulado “O que se passa com a Artilharia de Mallet?” onde o Coronel Espírito Santo traçava um panorama realista da obsolescência dos meios e da doutrina de emprego da Artilharia da sua época, demonstrando indignação com o atraso experimentado pela arma (SANTO, 1966).

Infere-se, parcialmente, que o desejo de mudanças na estrutura organizacional do Exército vem sendo demonstrado desde o século XIX por variados chefes militares e políticos. A percepção da necessidade de modernização da doutrina, dos materiais de emprego militar e da organização estrutural já ocorre há décadas. Tudo isto com o objetivo de elevar a Força Terrestre à altura da grandeza do país a qual serve. Neste contexto de realidade institucional, o Exército Brasileiro empreendeu algumas reformulações estruturais entre 1970 e 2005, conforme será verificado nos capítulos seguintes.

2. REFERENCIAL METODOLÓGICO

2.1 O problema

Mudanças estruturais foram implantadas na organização do Exército nos últimos anos, de forma a manter a instituição em constante evolução alinhada à modernização da arte bélica. Diante dessa premissa, surge o problema: **Como ocorreu a evolução da estrutura organizacional do Exército Brasileiro entre 1970 e 2005?**

2.2 Objetivo Geral

Analisar a evolução da estrutura organizacional do Exército Brasileiro entre 1970 e 2005.

2.3 Objetivos Específicos

- a. Apresentar a evolução da estrutura organizacional do Exército a partir da implantação do Plano Diretor de 1970;
- b. Apresentar a evolução da estrutura organizacional do Exército a partir da implantação dos Projetos FT90 e FT2000.

2.4 Delimitação

A delimitação temporal foi estipulada nas mudanças da estrutura organizacional do Exército Brasileiro ocorridas entre 1970 e 2005.

2.5 Relevância do Trabalho

A relevância está justificada nos seguintes aspectos:

- a. o Plano da Disciplina (PLADIS) de História Militar da ECEME (ECEME, 2018b) aponta que o oficial do Quadro de Estado-Maior (QEMA) deve estar apto a analisar “as principais transformações ocorridas no Exército (...) para explicar a participação do mesmo (...) no desenvolvimento do Pensamento Militar Brasileiro”. Este trabalho focaliza esta temática, abordando conhecimentos sobre as transformações da estrutura organizacional do Exército entre 1970 e 2005. Além disso o mesmo PLADIS prescreve que o oficial do QEMA deve estar apto a “compreender as principais influências inseridas (...) no processo de transformação do Exército Brasileiro”, objetivo que este trabalho procurou elucidar.

b. o PLADIS de Geopolítica, Política, Estratégia e Relações Internacionais e o PLADIS de Planejamento Estratégico da ECEME (ECEME, 2018a) aponta que o oficial do QEMA deve estar apto a “assessorar nos níveis político e estratégico”. Para tanto, este trabalho desenvolve conhecimentos sobre aspectos da política e das decisões estratégicas que levaram o Exército a mudar sua estrutura organizacional ao longo do tempo. Além disso, esse PLADIS prescreve que o oficial do QEMA deve estar apto a “participar da concepção de políticas” e a “participar de planejamento estratégico”. Este trabalho apresenta conhecimentos sobre políticas reestruturantes do Exército, bem como sobre o planejamento estratégico utilizado nas mudanças da estrutura organizacional da instituição entre 1970 e 2005.

Em síntese, o conhecimento do assunto deste trabalho ao oficial do QEMA é relevante, uma vez que o deixa em melhores condições de desempenhar seu papel de assessor nos níveis político e estratégico.

2.6 Definição de Termos

Segundo Oliveira, “a estrutura organizacional é o conjunto ordenado de responsabilidades, autoridades, comunicações e decisões das unidades organizacionais de uma empresa” (OLIVEIRA, 1990).

Para Carreira a estrutura organizacional “é a superposição de órgãos, de forma a representar aqueles que têm maior ou menor autoridade hierárquica em relação aos demais” (CARREIRA, 2009). Já Hall afirma que há singular relevância na articulação destes órgãos pois, a partir desta estrutura, a conduta de cada repartição “é regulamentada e conduzida para metas específicas” (HALL, 2006).

Para Chiavenato estrutura organizacional é “um meio de que se serve a organização para atingir eficientemente seus objetivos” (CHIAVENATO, 2003).

Pode-se inferir que a estrutural organizacional é fundamental para o atingimento de metas e objetivos de uma instituição. A adequada evolução da ordenação e da superposição de estruturas revela um amoldamento de condutas para cada época específica e pelas demandas requeridas de cada tempo.

3. A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EXÉRCITO A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 1970

3.1 Estrutura Organizacional do Exército antes de 1970

A estrutura organizacional do Exército antes da implantação do Plano Diretor de 1970 foi estabelecida pelo Decreto-Lei 200 (BRASIL, 1967b), de 25 de fevereiro de 1967, a qual propôs uma reorganização da Administração Federal, estabelecendo diretrizes para uma Reforma Administrativa e mudando a denominação do Ministério da Guerra para Ministério do Exército. Este Decreto instituiu a seguinte estrutura do Exército abaixo do Ministro:

- a. Órgãos de Direção Geral: Alto Comando do Exército, o Estado-Maior do Exército e o Conselho Superior de Economia e Finanças;
- b. Órgãos de Direção Setorial: constituído dos Departamentos de Provisão Geral, de Ensino e Pesquisa, Geral de Pessoal e de Produção e Obras.
- c. Órgãos de Assessoramento e Apoio: Gabinete do Ministro, Consultoria Jurídica, Secretaria Geral e outros Conselhos e Comissões.
- d. Força Terrestre: Órgãos Territoriais.

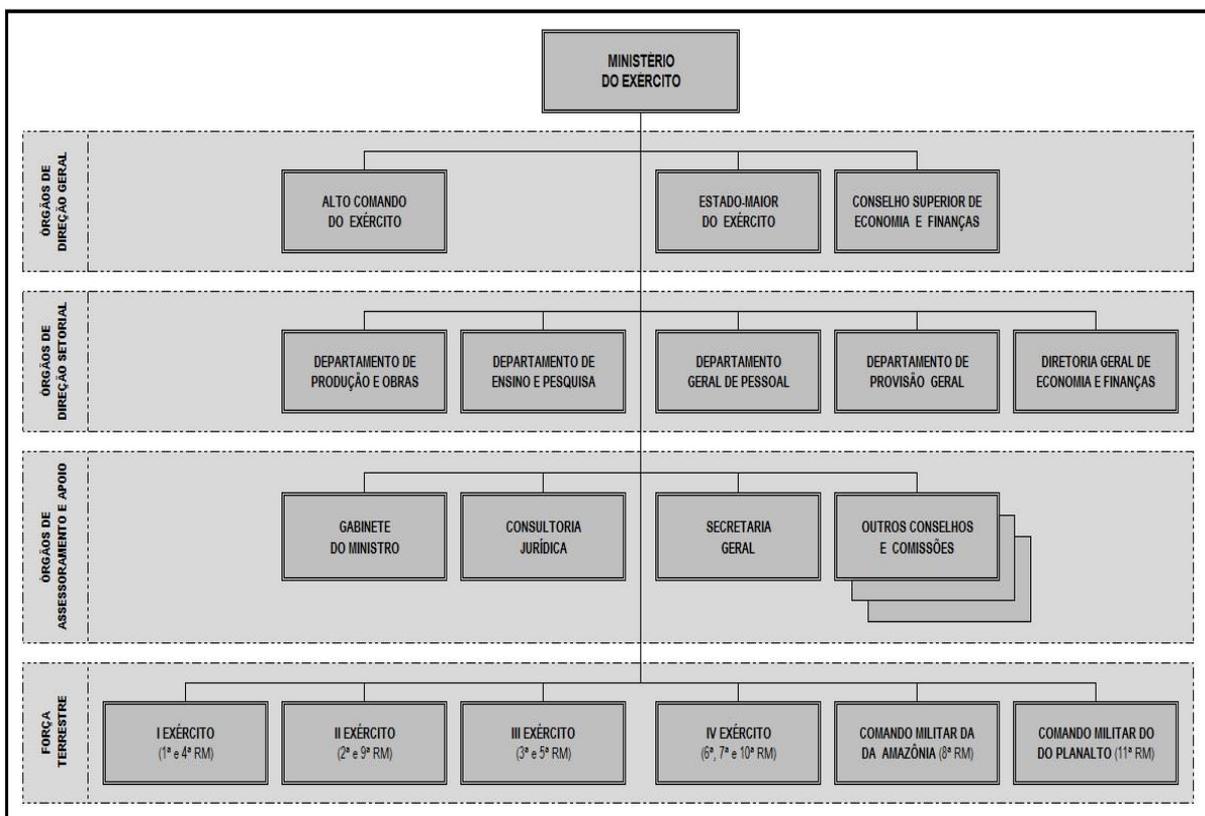


Figura 01 – Estrutura organizacional do Exército em 1969

3.1.1 Órgãos de Direção Geral antes de 1970

Conforme o Decreto-Lei supracitado, os Órgãos de Direção Geral eram constituídos pelo o Alto Comando do Exército, o Estado-Maior do Exército e o Conselho Superior de Economia e Finanças.

Regulamentado pelo Decreto 61.082 (BRASIL, 1967a), de 27 de julho de 1967, o Alto Comando do Exército era presidido pelo Ministro do Exército e constituído pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), pelos Chefes de Departamentos e pelos Comandantes de Exército (Os Comandantes Militares de Área a essa época não faziam parte do Alto Comando).

Antes da reforma da educação militar de 1969 o Estado-Maior do Exército possuía como organizações subordinadas aquelas relacionadas na Lei 2.851 (BRASIL, 1956c), de 25 de agosto de 1956, a saber:

- a. a Diretoria Geral do Ensino (DGE) que compreendia a Diretoria do Ensino e Formação (DEF) e a de Aperfeiçoamento e Especialização (DAE);
- b. a Diretoria de Instrução do Exército (DIE);
- c. a Diretoria do Serviço Geográfico (DSG);
- d. a Diretoria de Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea (DACAA);
- e. a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e
- f. a Escola Técnica do Exército (ETE).

O Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF), regulado pelo Decreto 65.021 (BRASIL, 1969c), de 19 de agosto de 1969, possuía em sua composição o Ministro do Exército (como Presidente), o Chefe do Estado Maior do Exército, os Chefes de Departamento e o Diretor-Geral de Economia e Finanças.

3.1.2 Órgãos de Direção Setorial antes de 1970

Antes da implantação do Plano Diretor de 1970 o Departamento de Produção e Obras (DPO) possuía sua estrutura organizacional estabelecida pela Lei 2.851 (BRASIL, 1956c), de 25 de agosto de 1956. Esta legislação normatizava as seguintes Diretorias subordinadas ao Departamento:

- a. Diretoria Geral de Engenharia e Comunicações (DGEC), que compreendia a Diretoria de Obras e Fortificações (DOF), a de Vias de Transporte (DVT), a do Patrimônio do Exército (DPE) e a de Comunicações (DCOM);
- b. Diretoria de Fabricação e Recuperação (DFR); e
- c. Diretoria de Pesquisas Tecnológicas (DPT).

Em 1969, visando uma reformulação na área de educação militar, criou-se o Departamento de Ensino do Exército através do Decreto 65.686 (BRASIL, 1969d), de 10 de novembro de 1969, tornando este órgão parte da direção setorial da instituição. O Decreto 66.215 (BRASIL, 1970a), de 17 de Fevereiro de 1970, mudou a denominação para Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e extinguiu a antiga Diretoria Geral de Ensino (que era subordinada ao Estado-Maior do Exército). O Decreto 66.216 (BRASIL, 1970b), de 17 de fevereiro de 1970, mudou as denominações das Diretorias subordinadas nominando a Diretoria de Ensino e Formação (DEF) como Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA), a Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização (DAE) como Diretoria de Especialização e Extensão (DEE) e a Diretoria Geral de Pesquisas Provas (DGPP) como Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico (DPET). Dentro desta nova estrutura do Departamento, os Estabelecimentos de Ensino (EE) adotaram a seguinte estrutura organizacional:

a. Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA)

- 1) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);
- 2) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO);
- 3) Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN);
- 4) Escola de Sargentos das Armas (EsSA);
- 5) Centros de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), São Paulo (CPOR/SP), Porto Alegre (CPOR/PA), Fortaleza (CPOR/F), Curitiba (CPOR/C), Belo Horizonte (CPOR/BH) e Recife (CPOR/R).

b. Diretoria de Especialização e Extensão (DEE)

- 1) Escola de Saúde do Exército (EsSEx);
- 2) Escola de Veterinária do Exército (EsVEx);
- 3) Escola de Comunicações (EsCom);
- 4) Escola de Material Bélico (EsMB);
- 5) Escola de Artilharia de Costa e Anti-aérea (EsACosAAe);
- 6) Escola de Instrução Especializada (EsIE);
- 7) Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx);
- 8) Escola de Equitação do Exército (EsEqEX);
- 9) Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS);
- 10) Centro de Estudos de Pessoal (CEP);

c. Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico (DPET)

- 1) Instituto Militar de Engenharia (IME);

- 2) Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD);
- 3) Campo de Provas da Marambaia (CPrM)
- d. Subordinadas diretamente ao Departamento de Ensino e Pesquisa
 - 1) Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx);
 - 2) Os Colégios Militares do Rio de Janeiro (CMRJ), de Porto Alegre (CMPA), de Belo Horizonte (CMBH), de Curitiba (CMC), de Salvador (CMS), de Recife (CMR) e de Fortaleza (CMF).

Antes da implantação do Plano Diretor de 1970 o Departamento Geral de Pessoal (DGP) possuía sua estrutura organizacional estabelecida pela Lei 2.851 (BRASIL, 1956c), de 25 de agosto de 1956, a qual estipulava:

- a. a Diretoria do Pessoal da Ativa (DPA);
- b. a Diretoria do Serviço Militar (DSM);
- c. a Diretoria de Assistência Social (DAS).

Semelhantemente, o Departamento de Provisão Geral (DPG) também constituído pela Lei 2.851 (BRASIL, 1956c), de 25 de agosto de 1956, apresentava as seguintes Diretorias em sua estrutura organizacional:

- a. Diretoria Geral de Material Bélico (DGMB) que compreendia a Diretoria de Armamento e Munição (DAM), a Diretoria de Motomecanização (DMM), a Diretoria de Material de Engenharia (DME) e a Diretoria de Material de Comunicações (DMC);
- b. Diretoria Geral de Intendência (DGI) que compreendia a Diretoria de Subsistência (DS) e a Diretoria de Material de Intendência (DMI);
- c. Diretoria Geral de Saúde do Exército (DGSE);
- d. Diretoria Geral de Remonta e Veterinária (DGRV).

Por fim, o Decreto 64.716 (BRASIL, 1969b), de 18 de junho de 1969, criou a Diretoria Geral de Economia e Finanças (DGEF), Órgão de Direção Setorial destinado a superintender as atividades de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria do Exército.

3.1.3 Órgãos de Assessoramento e Apoio do Exército antes de 1970

De acordo com a Lei 2.851 (BRASIL, 1956c), de 25 de agosto de 1956, além do Gabinete do Ministro e da Consultoria Jurídica (ConJur), compunham os Órgãos de Assessoramento e Apoio do Exército outros conselhos e comissões, tais como as Comissões Regionais de Obras (que àquela época não possuíam caráter permanente) e a Secretaria Geral do Exército que possuía a seguinte estrutura:

- a. a Comissão de Desportos do Exército;
- b. a Comissão de Fardamento;
- c. a Imprensa do Exército;
- d. o Gabinete Foto-cartográfico;
- e. o Arquivo do Exército;
- f. o Museu do Exército; e
- g. a Biblioteca do Exército.

3.1.4 Força Terrestre antes de 1970

De acordo com apurações realizadas no Catálogo de Destino dos Acervos das Organizações Militares do Exército Brasileiro – CDAOMEB (BRASIL, 2019), a estrutura organizacional da Força Terrestre antes da implantação do Plano Diretor de 1970 possuía forte influência da concepção implantada pela Missão Militar Francesa, instituição contratada pelo Exército para a modernização em 1920. Sob esta concepção, as tropas existentes foram distribuídas em Divisões de Infantaria (DI), constituídas de Grandes Unidades de Infantarias Divisionárias (ID) e Artilharias Divisionárias (AD), e em Divisões de Cavalaria (DC).

De acordo com o CDAOMEB, entre 1921 e 1952 a Força Terrestre se estruturou em 7 Divisões de Infantaria (com igual número de infantarias e artilharias divisionárias) e 4 Divisões de Cavalaria. Todo o efetivo combatente e prontamente mobilizável estava incluído dentro desta estrutura organizacional.

O fim da II Guerra Mundial e a aproximação entre Brasil e Estados Unidos culminou com a assinatura do Acordo de Assistência Militar entre os dois países em 1952. O Exército estadunidense já mantinha forte influência nos militares brasileiros desde a participação da Força Expedicionária Brasileira na Itália em 1945. No retorno da guerra, a doutrina militar norte-americana começou a ser introduzida nas Escolas Militares brasileiras através dos militares que lutaram em solo italiano.

A partir da influência estadunidense foram criados a Escola de Paraquedistas e o Núcleo de Divisão Aeroterrestre, frutos da evolução doutrinária e da nova concepção de emprego tático da Força Terrestre, através do Decreto 31.393 (BRASIL, 1952), de 05 de setembro de 1952, fixados no Rio de Janeiro/RJ.

Em 1956, numa mescla de influência da concepção militar francesa e da organização militar estadunidense, a Força Terrestre brasileira implantou o escalão Exército em sua estrutura organizacional. A partir do Decreto 39.863 (BRASIL, 1956a),

de 28 de agosto de 1956, as tropas passaram a ser divididas estrategicamente em 4 Exércitos, sediados no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife. Subordinados a estes Exércitos estruturavam-se as Divisões de Infantaria e Cavalaria já existentes com suas organizações subordinadas.

O Comando Militar da Amazônia foi criado pelo Decreto 40.179 (BRASIL, 1956b), de 27 de outubro de 1956, dentro da concepção de que, quando determinada área do território não constituíssem número de Grandes Unidades suficiente para se criar um Exército, deveria ser criado um Comando Militar. Gerou-se dessa forma o Comando Militar da Amazônia, sediado em Belém/PA.

Em 1957 foi acrescida uma Divisão Blindada à estrutura organizacional da Força Terrestre. Criada pelo Decreto 42.520 (BRASIL, 1957b), de 28 de outubro de 1957, esta nova Grande Unidade era também influência da doutrina militar estadunidense e foi no Rio de Janeiro, Capital Federal ainda à época.

De acordo com o Decreto 41.186 (BRASIL, 1957a), de 20 de Março de 1957, o qual tratava da organização da Força Terrestre, os Exércitos constituíam os grandes escalões de enquadramento e preparação da tropa para a mobilização e o emprego, cabendo a estes as atribuições referentes à instrução, disciplina, atividades logísticas e planejamento de acordo com as diretrizes do EME. A Divisão era “a Grande Unidade básica das Forças Terrestres, podendo ser de Infantaria, de Cavalaria, Blindada ou Aeroterrestre”. Verifica-se que a doutrina de emprego tático estava ainda atrelada às Divisões e não às Brigadas, como na atualidade.

Em 1960, a fim de guarnecer a nova Capital Federal, foi estabelecido o Comando Militar de Brasília através do Decreto 48.138 (BRASIL, 1960), de 25 de abril de 1960 e renomeado posteriormente para Comando Militar do Planalto através do Decreto 64.138 (BRASIL, 1969a), de 26 de fevereiro de 1969.

Em 1968 o Núcleo da Divisão Aeroterrestre foi transformado em Brigada Aeroterrestre (Bda Aet) através do Decreto 63.573 (BRASIL, 1968), de 07 de novembro de 1968. A essa altura, já haviam sido iniciados os estudos que chegariam à constatação da necessidade da implantação do Plano Diretor de 1970.

Em síntese, a Força Terrestre em 1969 estava assim estruturada:

- a. I Exército: com jurisdição sobre Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, exceto Triângulo Mineiro (1ª e 4ª Regiões Militares);
- b. II Exército: com jurisdição sobre São Paulo e Mato Grosso, antes desse Estado ser desmembrado em 1977 (2ª e 9ª Regiões Militares);

c. III Exército: com jurisdição sobre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (3ª e 5ª Regiões Militares);

d. IV Exército: com jurisdição sobre Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e o Território de Fernando de Noronha (6ª, 7ª e 10ª Regiões Militares);

e. Comando Militar da Amazônia: com jurisdição sobre o Amazonas e Pará, além dos Territórios Amapá, Rio Branco, Acre e Rondônia (8ª Região Militar);

f. Comando Militar do Planalto: com jurisdição sobre o Distrito Federal, o Estado de Goiás e o Triângulo Mineiro (11ª Região Militar).

Em 1968 as tropas da Força Terrestre estavam distribuídas nos Exércitos, dentro das Divisões de Infantaria (com suas respectivas Infantarias e Artilharias Divisionárias), Divisões de Cavalaria, Divisão Blindada e Brigada Aeroterrestre.

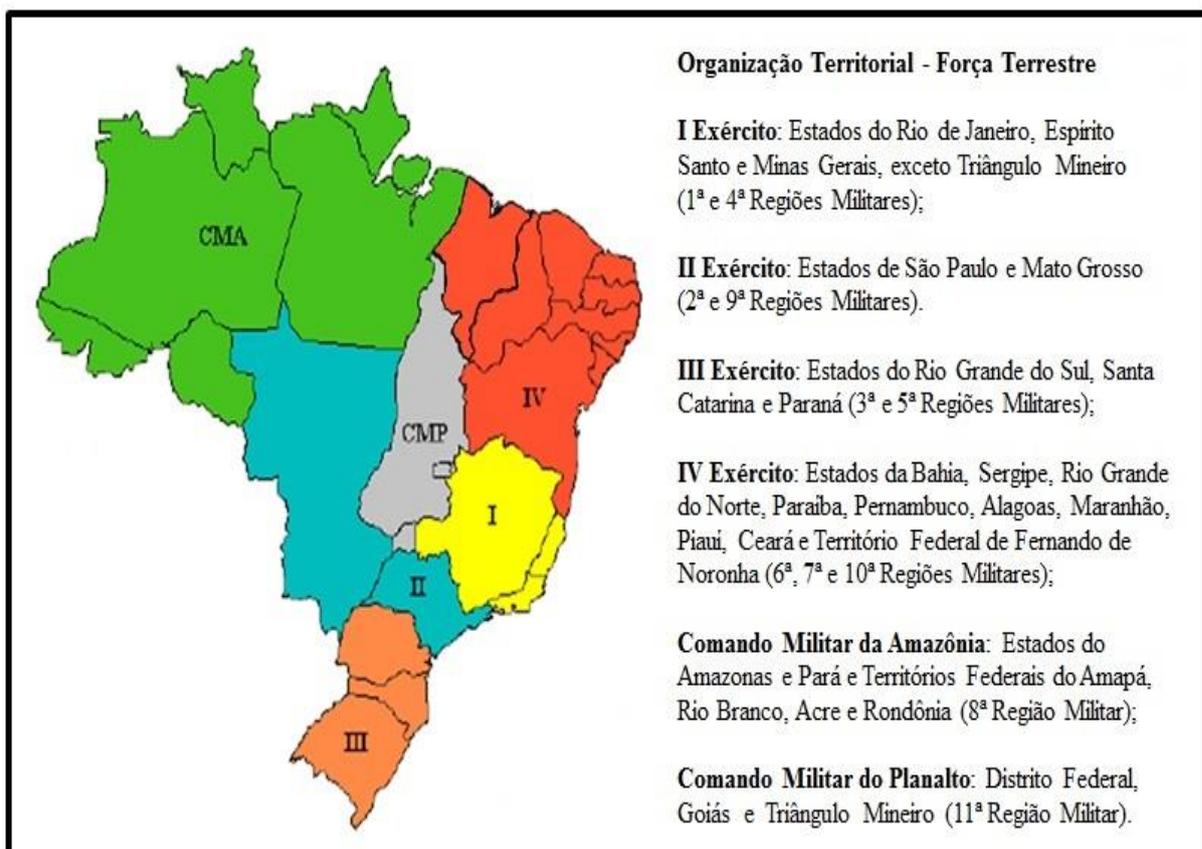


Figura 02 – Organização Territorial da Força Terrestre em 1969

De acordo com o CDAOMEB (BRASIL, 2019), em 1968 as Divisões de Infantaria (DI), com suas respectivas Infantarias Divisionárias (ID) e Artilharias Divisionárias (AD), as Divisões de Cavalaria (DC), a Divisão Blindada (DB) e a Brigada Aeroterrestre (Bda Aet) estavam assim distribuídas pelo território nacional:

- a. 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI), com uma Infantaria Divisionária (ID/1) e uma Artilharia Divisionária (AD/1) todas com sede no Rio de Janeiro/RJ;
- b. 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI) sediada em Lorena/SP, com uma Infantaria Divisionária (ID/2) sediada em Caçapava/SP e uma Artilharia Divisionária (AD/2) sediada em Jundiaí/SP;
- c. 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) sediada em Santa Maria/RS, com uma Infantaria Divisionária (ID/3) sediada em Pelotas/RS e uma Artilharia Divisionária (AD/3) sediada em Cachoeira do Sul/RS;
- d. 4ª Divisão de Infantaria (4ª DI) sediada em Belo Horizonte/MG, com uma Infantaria Divisionária (ID/4) sediada em São João Del Rey/MG e uma Artilharia Divisionária (AD/4) sediada em Pouso Alegre/MG;
- e. 5ª Divisão de Infantaria (5ª DI) sediada em Ponta Grossa/PR, com uma Infantaria Divisionária (ID/5) também sediada em Ponta Grossa/PR e uma Artilharia Divisionária (AD/5) sediada na Lapa/PR;
- f. 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI) sediada em Porto Alegre/RS, com uma Infantaria Divisionária (ID/6) sediada em São Leopoldo/RS e uma Artilharia Divisionária (AD/6) sediada em Cruz Alta/RS;
- g. 7ª Divisão de Infantaria (7ª DI) sediada em João Pessoa/PB, com uma Infantaria Divisionária (ID/7) sediada em Natal/RN e uma Artilharia Divisionária (AD/7) sediada em Olinda/PE.
- h. 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC) com sede em Santiago/RS;
- i. 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC) com sede em Uruguaiana/RS;
- j. 3ª Divisão de Cavalaria (3ª DC) com sede em Bagé/RS;
- k. 4ª Divisão de Cavalaria (4ª DC) com sede em Campo Grande/MS;
- l. Divisão Blindada (DB) com sede no Rio de Janeiro/RJ;
- m. Brigada Aeroterrestre (Bda Aet) com sede no Rio de Janeiro/RJ.

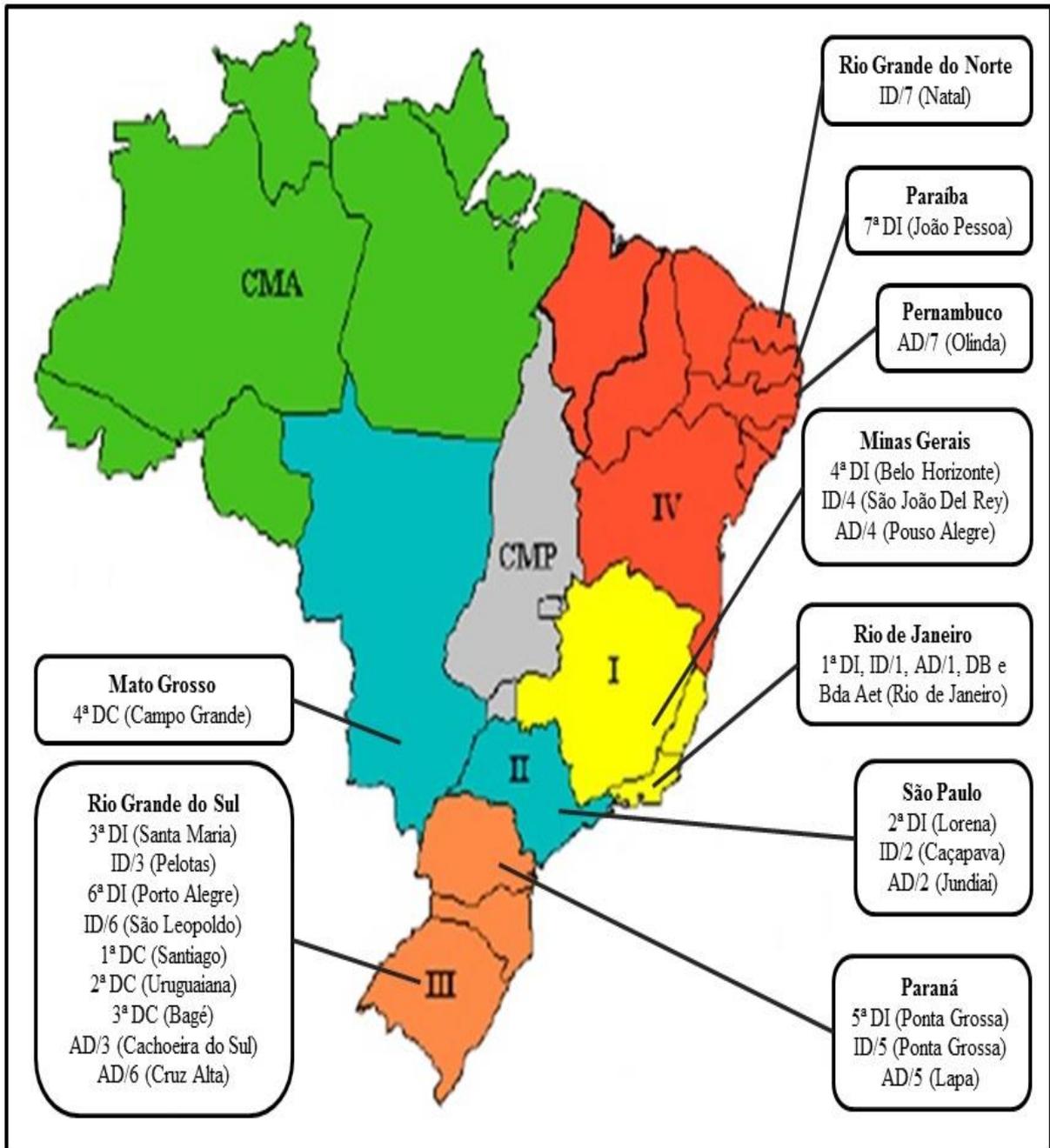


Figura 03 – Distribuição da Força Terrestre no território em 1968

A análise detalhada do CDAOMEB permite constatar que a estrutura organizacional da Força Terrestre no período anterior a implantação do Plano Diretor de 1970 estava envelhecida e desequilibrada. Grandes comandos ainda criados sob o auge da influência da Missão Militar Francesa nas décadas de 1920 e 1930 conviviam com novos comandos criados segundo a moderna concepção de emprego tático norte-americana, tais como a Divisão Blindada e a Brigada Aeroterrestre. Tal situação contrastante verifica-se claramente observando o resumo a seguir:

Exército ou Comando Militar de Área	Divisão (ano de criação – cidade sede)	Grande Unidade (ano de criação – cidade sede)
I Exército	1ª Divisão de Infantaria (1921 – Rio de Janeiro/RJ)	Infantaria Divisionária 1 (ID/1) (1938 – Rio de Janeiro/RJ)
		Artilharia Divisionária 1 (AD/1) (1943 – Rio de Janeiro/RJ)
	Divisão Blindada (1957 – Rio de Janeiro/RJ)	-
II Exército	2ª Divisão de Infantaria (1921 – Lorena/SP)	Infantaria Divisionária 2 (ID/2) (1938 – Caçapava/SP)
		Artilharia Divisionária 2 (AD/2) (1946 – Jundiá/SP)
III Exército	3ª Divisão de Infantaria (1921 – Santa Maria/RS)	Infantaria Divisionária 3 (ID/3) (1938 – Pelotas/RS)
		Artilharia Divisionária 3 (AD/3) (1938 – Cachoeira do Sul/RS)
	1ª Divisão de Cavalaria (1921 – Santiago/RS)	-
	2ª Divisão de Cavalaria (1921 – Uruguaiana/RS)	-
	3ª Divisão de Cavalaria (1921 – Bagé/RS)	-
IV Exército	4ª Divisão de Infantaria (1921 – Belo Horizonte/MG)	Infantaria Divisionária 4 (ID/4) (1938 – São João Del Rey/MG)
		Artilharia Divisionária 4 (AD/4) (1952 – Pouso Alegre/MG)
V Exército	5ª Divisão de Infantaria (1921 – Ponta Grossa/PR)	Infantaria Divisionária 5 (ID/5) (1938 – Ponta Grossa/PR)
		Artilharia Divisionária 5 (AD/5) (1946 – Lapa/PR)
VI Exército	6ª Divisão de Infantaria (1949 – Porto Alegre/RS)	Infantaria Divisionária 6 (ID/6) (1952 – São Leopoldo/RS)
		Artilharia Divisionária 6 (AD/6) (1949 – Cruz Alta/RS)
VII Exército	7ª Divisão de Infantaria (1942 - João Pessoa/PB)	Infantaria Divisionária 7 (ID/7) (1942 – Natal/RN)
		Artilharia Divisionária 7 (AD/7) (1942 – Olinda/PE)

Tabela 01 – Resumo da estrutura organizacional da Força Terrestre em 1968 (Fonte: CDAOMEB, 2019)

Em resumo, a Força Terrestre brasileira antes da implantação do Plano Diretor de 1970 estava constituída, em 1968, por 11 Divisões de Infantaria e Cavalaria, 7 Artilharias Divisionárias, uma Divisão Blindada e uma Brigada Aeroterrestre. Estas tropas se constituíam nas forças militares em condições de rápida mobilização e emprego em caso de guerra.

3.2 O Plano Diretor de Organização do Exército de 1970

A reforma da estrutura organizacional implantada no Exército a partir de 1970 teve sua gênese em estudos realizados pelo Estado Maior do Exército entre os anos de 1967 e 1970 acerca das causas dos problemas encontrados na instituição nas áreas de doutrina, instrução, pessoal, equipamentos de dotação, materiais de emprego militar e estrutura (BRASIL, 1970d)

O resultado apurado nos estudos (BRASIL, 1970d) relacionou diversos óbices, desequilíbrios e discrepâncias no cenário encontrado dentro do Exército Brasileiro em 1970, dentre os quais:

- a. Macrocefalia dos órgãos de direção, em detrimento da tropa;
- b. Articulação incompatível com a “política de presença nacional”;
- c. Baixa operacionalidade das Grandes Unidades (GU), Unidades (U) e Subunidades (SU) devido a redução dos efetivos necessários;
- d. Equipamentos deficientes, obsoletos e mal distribuídos;
- e. Quadros organizacionais inadequados;
- f. Dispersão espacial exagerada de unidades orgânicas das Brigadas;
- g. Insuficiência de recursos, acarretando dotações inadequadas (munição, combustíveis e suprimentos de manutenção) e dificuldades na vida administrativa das Unidades;
- h. Sistema de incorporação inadequado e limitador;
- i. Engajamento em atividades afetas à segurança interna;
- j. Apoio logístico inadequado e insuficiente no escalão Brigada (em particular nos apoios concernentes à saúde, transportes e manutenção);
- k. Desequilíbrio orçamentário, evidenciado pela preponderância de verbas de pessoal (87%) sobre as de custeio e investimentos (13%), com efeitos deletérios sobre a aquisição e renovação de equipamentos, apoio logístico, adestramento e vida administrativa;

l. Desmotivação dos quadros, decorrente da baixa operacionalidade e do constante desvio de funções (emprego em operações de segurança interna);

m. Localização inadequada da maioria dos quartéis, os quais se mostraram inadequados para os tipos de equipamentos de dotação, mal estruturados, em condições inadequadas de conservação e vulneráveis quanto à segurança.

Nesse contexto, foram expedidas a Nota Ministerial 040-AP (BRASIL, 1970c), de 25 de setembro de 1970 a qual tratava da Diretriz para o Reaparelhamento do Exército no período 1970-1973 e, como contrapartida dessa Diretriz no domínio da estrutura, organização e articulação das Forças Terrestres, foi emitido o Plano Diretor de Organização do Exército, submetido à apreciação do Ministro do Exército por meio do Ofício 15 da 2ª Subchefia do EME (BRASIL, 1970d), de 05 de novembro de 1970. Acerca deste esforço empenhado pela instituição naquela época, o Manual do Processo de Transformação do Exército descreve:

“O Exército empreendeu esforços para recuperar o atraso que, à época, o separava dos seus congêneres das nações mais desenvolvidas. Tornou-se um imperativo da segurança nacional o aumento da capacidade operacional da Força Terrestre, por meio de seu reequipamento e da adoção de nova organização, articulação e método de instrução” (BRASIL, 2010)

Segundo Manduca, em relação ao “Plano Diretor de Organização do Exército” e a “Diretriz para o Reaparelhamento do Exército no período 1970-1973”, torna-se necessário dar destaque ao fato de que, à época, a principal ameaça à defesa nacional visualizada era a “guerra revolucionária”, podendo esta surgir internamente ou em algum país fronteiriço. Os planejadores de defesa consideravam que a ameaça externa mais provável seria uma agressão vinda de algum país sul-americano (a Argentina com maior potencial) e uma invasão soviética era considerada hipótese remota, porém não descartada, em razão do alinhamento com os Estados Unidos (MANDUCA, 2006).

De acordo com Hirst, para entender a reorganização estrutural e o reaparelhamento planejado na década de 1970 é preciso destacar que estava em vigor o Acordo de Cooperação Militar Brasil-Estados Unidos assinado em 1952. Tal fato proporcionou uma relativa facilidade para o planejamento e a aquisição dos materiais de emprego militares e meios necessários às mudanças (HIRST, 2009).

O Plano Diretor de 1970 estabelecia para o Exército como meta estratégica “o atingimento de maior operacionalidade ficando em melhores condições de cumprir sua destinação constitucional”. Eram objetivos propostos:

“racionalizar a estrutura administrativa e operacional, buscando a plena eficiência no desempenho da atividade fim da Instituição; assegurar a estratégia da presença em todo o território nacional, pela permanência física ou pela mobilidade e adequar as Forças Terrestres às necessidades prioritárias de segurança” (BRASIL, 1970d, p. 2).

Nas diretrizes contidas no Plano Diretor constavam a eliminação ou redução de Organizações Militares julgadas desnecessárias ou substituíveis por órgãos civis. Um maior enfoque nos órgãos de formação da reserva também deveria ser dado a partir de então, de forma a garantir a presença do Exército nos municípios mais afastados do território (BRASIL, 1970d, p.3).

Nas hipóteses de emprego, a primeira se reportava à manutenção e garantia da lei e da ordem. Nas ações decorrentes das hipóteses de guerra, a “Hipótese ALFA” lidava com a guerra revolucionária na América Latina em três variantes (BRASIL, 1970d, p.4).

- a. em território nacional;
- b. fora do território de acordo com a estratégia traçada pela Organização dos Estados Americanos (OEA)
- c. combinação das variantes a e b, com ameaça ao território brasileiro, havendo a imposição de estar em condições de atuar de maneira ofensiva em território estrangeiro, em caso de agressão ou ameaça de agressão ao território nacional.

A “Hipótese BETA” previa guerra entre os blocos ocidental e comunista, com participação brasileira de, no máximo, 01 Corpo de Exército em operações ultramar (BRASIL, 1970d, p.4).

A fim de atender aos compromissos internacionais, previa-se a participação da Força Terrestre com efetivos entre batalhão e brigada, para missões de manutenção da paz. Como atividades complementares previam-se ações de segurança interna (esgotados os meios policiais), a formação de reservas e a colaboração em atividades de defesa civil (casos de calamidade pública). Citam-se ainda “atividades ligadas ao desenvolvimento”, quais sejam a construção de vias, a humanização da fronteira e a ocupação de espaços vazios (BRASIL, 1970d, p.5).

As condicionantes impostas ao Plano foram à manutenção dos efetivos do Exército à época (cerca de 170.000 militares) e a divisão em duas fases de implantação: a primeira, a ocorrer entre 1970 e 1973, com a transformação da denominação de diversas organizações militares de acordo com a nova estrutura

vislumbrada e a segunda fase, a partir de 1974, com o reaparelhamento total das novas Grandes Unidades e Unidades a fim de obter a operacionalidade almejada.

A partir do Plano Diretor de 1970, diversos documentos foram expedidos a fim de reestruturar o Exército, conforme será visto a seguir.

3.2.1 Mudanças nos Órgãos de Direção Setorial

O Decreto 68.119 (BRASIL, 1971d), de 27 de janeiro de 1971, mudou a denominação do Departamento de Produção e Obras (DPO) para Departamento de Engenharia e Comunicações (DEC). Já o Decreto 68.120 (BRASIL, 1971e), de 27 de janeiro de 1971, estabeleceu uma nova estrutura organizacional para o Departamento que passava a ter as seguintes Diretorias subordinadas:

- 1) Diretoria de Obras Militares (DOM);
- 2) Diretoria de Obras de Cooperação (DOC);
- 3) Diretoria de Patrimônio (DPtr);
- 4) Diretoria de Comunicações (DCom);
- 5) Diretoria de Serviço Geográfico (DSG).

O Decreto 71.823 (BRASIL, 1973a), de 7 de fevereiro de 1973, reorganizou o Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) criando a Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) e a Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos. O Decreto 72.620 (BRASIL, 1973b), de 15 de agosto de 1973, subordinou a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), a Escola de Equitação do Exército (EsEqEX) e a Comissão de Desportos do Exército (CDE), à Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos enquanto a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) e os Colégios Militares passaram a subordinação da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial. Desta forma, após o Plano Diretor, o Departamento de Ensino e Pesquisa estava assim estruturado:

a. Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento (DFA):

- 1) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);
- 2) Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO);
- 3) Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN);
- 4) Escola de Sargentos das Armas (EsSA);
- 5) Centros de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), de São Paulo (CPOR/SP), de Porto Alegre (CPOR/PA), de Belo Horizonte (CPOR/BH) e de Recife (CPOR/Recife).

- b. Diretoria de Especialização e Extensão (DEE):
 - 1) Escola de Saúde do Exército (EsSEx);
 - 2) Escola de Comunicações (EsCom);
 - 3) Escola de Material Bélico (EsMB);
 - 4) Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe);
 - 5) Escola de Instrução Especializada (EsIE);
 - 6) Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS);
 - 7) Centro de Estudos de Pessoal (CEP);
- c. Diretoria de Pesquisa e Ensino Técnico (DPET):
 - 1) Instituto Militar de Engenharia (IME);
 - 2) Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD);
 - 3) Campo de Provas da Marambaia (CPrM).
- d. Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos:
 - 1) Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx);
 - 2) Escola de Equitação do Exército (EsEqEX);
 - 3) Comissão de Desportos do Exército (CDE).
- e. Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA):
 - 1) Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx);
 - 2) Colégios Militares do Rio de Janeiro (CMRJ), Fortaleza (CMF), Porto Alegre (CMPA), Belo Horizonte (CMBH), Curitiba (CMC), Salvador (CMS) e Recife (CMR).

O Decreto 68.121 (BRASIL, 1971f), de 27 de janeiro de 1971, remodelou o Departamento Geral de Pessoal, passando a Diretoria de Assistência Social (DAS) para o Departamento Geral de Serviços (DGS), extinguindo a Diretoria do Serviço Militar e renomeando outras Diretorias. Desta maneira, a partir da implantação do Plano Diretor de 1970, o Departamento de Ensino e Pesquisa passou a contar com a seguinte estrutura organizacional:

- 1) Diretoria de Recrutamento (D Re);
- 2) Diretoria de Movimentação (D Mov);
- 3) Diretoria de Promoção (D Prom);
- 4) Diretoria de Inativos e Pensionistas (DIP);
- 5) Diretoria de Cadastro e Avaliação (DCA);
- 6) Diretoria de Contencioso de Pessoal (DCP); e
- 7) Diretoria do Pessoal Civil (DPC).

O Decreto 68.116 (BRASIL, 1971a), de 27 de janeiro de 1971, renomeou o Departamento de Provisão Geral (DPG) para Departamento Geral de Serviços (DGS). A partir do Decreto 68.117 (BRASIL, 1971b), de 27 de janeiro de 1971, houve uma reestruturação organizacional do Departamento que passou a ter como Diretorias subordinadas:

- 1) Diretoria de Material de Intendência;
- 2) Diretoria de Subsistência;
- 3) Diretoria de Transporte;
- 4) Diretoria de Assistência Social;
- 5) Diretoria de Remonta e Veterinária;
- 6) Diretoria Técnica de Saúde;
- 7) Diretoria Administrativa de Saúde;
- 8) Diretoria de Processamento de Dados.

O Decreto 68.118 (BRASIL, 1971c), de 27 de janeiro de 1971, criou um novo Departamento de Material Bélico (DMB), com Diretorias que antes pertenciam ao Departamento de Provisão Geral (DPG). Desta forma, após a implantação do Plano Diretor, o novo departamento apresentava a seguinte estrutura organizacional:

- 1) Diretoria de Armamento e Munição (DAM);
- 2) Diretoria de Motomecanização (DMM);
- 3) Diretoria de Material de Engenharia (DME);
- 4) Diretoria de Fabricação e Recuperação (DFR).

Em síntese, o Plano Diretor de 1970 implantou no Exército transformações na estrutura organizacional dos Órgãos de Direção Setorial, procurando atender a reforma administrativa orientada pelo governo brasileiro em 1967 e combater a macrocefalia dos Órgãos de Direção constatada ao fim da década de 60. A racionalização do emprego de pessoal nas atividades administrativas permitiu que militares fossem deslocados para as atividades-fim da instituição aumentando a operacionalidade. Constata-se que, após uma década de mudanças advindas do Plano Diretor, ao fim de 1980, a estrutura organizacional dos Órgãos de Direção Geral e Setorial do Exército era a seguinte:

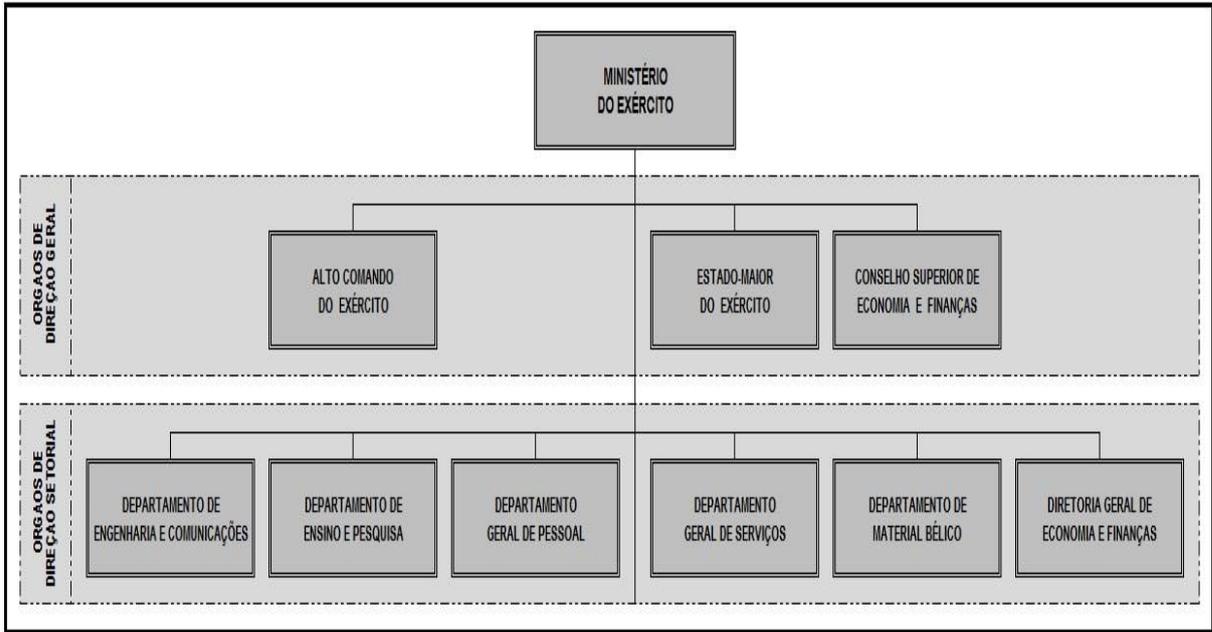


Figura 05 – Estrutura organizacional dos Órgãos de Direção Geral e Setorial em 1980

3.3.2 Mudanças na Força Terrestre

Segundo Kulmann (2007), a evolução da doutrina influenciou profundamente o Plano Diretor de 1970. Com clara influência da estrutura militar utilizada pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (a partir de 1965), o Exército estabeleceu uma nova concepção de emprego tático nas “Instruções Provisórias 101-5 - Estado-Maior e Ordens” (BRASIL, 1971i) tornando as Brigadas como as Grandes Unidades básicas de emprego da Força Terrestre, as quais incluíam uma combinação das Armas e dos elementos de apoio ao combate e apoio logístico. Neste contexto, as Divisões passaram a ser grandes comandos operacionais, causando grande impacto na reestruturação organizacional a partir de 1971.

A fim de cumprir o Plano Diretor de 1970 no tocante a reestruturação da Força Terrestre, expediu-se o Decreto Reservado 01 (BRASIL, 1971h), de 11 de novembro de 1971, através do qual, 63 Grandes Unidades ou Organizações Militares foram submetidas a algum processo de renomeação ou mudança de natureza/aptidão. Transformaram-se as 1ª, 2ª, 3ª e 6ª Divisões de Infantaria para 1ª, 2ª, 3ª e 6ª Divisões de Exército. A 1ª e 2ª Divisões de Cavalaria tornaram-se nas 1ª e 2ª Brigadas de Cavalaria. Transformou-se a Divisão Blindada sediada no Rio de Janeiro na 5ª Brigada de Cavalaria Blindada. A Brigada Aeroterrestre tornou-se a Brigada Pará-quedista (grafia da época), sendo remodelada a estrutura de apoio de fogo, apoio ao combate e apoio logístico.

Seguindo as Diretrizes do Ministro do Exército, em consonância com a Diretriz para o Reaparelhamento do Exército no período 1970-1973, este decreto estabeleceu que as Brigadas conforme os elementos básicos que as compusessem, denominar-se-iam em:

- a. Brigadas de Infantaria;
- b. Brigadas de Infantaria Motorizada;
- c. Brigadas de Infantaria Blindada;
- d. Brigadas de Infantaria de Selva;
- e. Brigadas de Cavalaria Mecanizada;
- f. Brigada de Cavalaria Blindada;
- g. Brigada Pará-quedista.

Desta forma, mudaram-se as seguintes denominações, em consonância com as metas de se adquirir até o fim de 1973 as viaturas de transporte de pessoal necessárias a dotar as Grandes Unidades de um novo meio de emprego:

- a. a ID/1 tornou-se a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (1ª Bda Inf Mtz) e passou a ser sediada em Petrópolis/RJ;
- b. a ID/2 tornou-se a 12ª Brigada de Infantaria (12ª Bda Inf) sediada em Caçapava/SP;
- c. a ID/3 sediada em Santa Maria/RS tornou-se a 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (8ª Bda Inf Mtz) e passou a ser sediada em Pelotas/RS;
- d. a ID/4 tornou-se a 4ª Brigada de Infantaria Motorizada (4ª Bda Inf Mtz) sediada em Belo Horizonte/MG;
- e. a ID/5 tornou-se a 5ª Brigada de Infantaria Blindada (5ª Bda Inf Bld) sediada em Ponta Grossa/PR;
- d. a ID/6 sediada em São Leopoldo/RS tornou-se a 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld) sediada em Santa Maria/RS;

Merece destaque o fato de que este Decreto criou 10 Batalhões Logísticos no território nacional, de forma a dotar as Brigadas de apoio logístico adequados à manutenção da operacionalidade.

Através do Decreto 72.637 (BRASIL, 1973c), de 17 de agosto de 1973, transformaram-se as 4ª, 5ª e 7ª Divisões de Infantaria (DI) para 4ª, 5ª e 7ª Divisões de Exército (DE), perfazendo assim a totalidade das mudanças nominais das divisões. A ID/7 tornou-se a 7ª Brigada de Infantaria Motorizada (7ª Bda Inf Mtz) com sede em Natal/RN.

O CDAOMEB mostra que, entre 1971 e 1980, o governo brasileiro transformou, através de inúmeros decretos, os antigos Regimentos de Infantaria em Batalhões de Infantaria, os Batalhões de Carros de Combate (antes atrelados à Infantaria) foram transformados em Regimentos de Carros de Combate (e ligados à Cavalaria), os Regimentos de Obuses foram transformados em Grupos de Artilharia de Campanha, dentre outras mudanças.

Ao fim da década de 1970 era possível constatar que a Força Terrestre havia se modernizado, diminuindo consideravelmente o atraso em seus armamentos, equipamentos e materiais diversos de emprego militar. Os meios de transporte hipomóveis (tanto na Cavalaria quanto na Artilharia) foram quase extintos, sendo adquiridos novos meios de transporte motorizados, mecanizados e blindados. As denominações das Organizações Militares aproximaram-se mais dos nomes pelas quais são conhecidas na atualidade.

Ainda como consequências do Plano Diretor de Organização do Exército e da Diretriz para o Reaparelhamento do Exército no período 1970-1973 foram realizadas inúmeras aquisições de viaturas de transporte de pessoal sem blindagem (leve porte e robusta tonelagem – caminhões), aquisições de viaturas blindadas de transporte de pessoal (M-113 e EE-11 Urutu), aquisições de viaturas blindadas de reconhecimento (EE-9 Cascavel), dentre outras. Tais fatos mudaram sobremaneira as Grandes Unidades e Organizações Militares, modificando principalmente a doutrina de emprego da Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

A Força Terrestre passou a nominar suas Grandes Unidades e Organizações Militares de acordo com os meios que estas passavam a ser dotadas, de acordo com a sua natureza ou com o ambiente operacional em que seriam empregadas. Desta forma, verifica-se até o fim de 1980 o surgimento de Brigadas de Infantaria Motorizadas e Blindadas, Brigadas de Cavalaria Mecanizadas e Blindadas, a Brigada Paraquedista e as Brigadas de Infantaria de Selva.

Em resumo, infere-se que uma década após o início das mudanças propostas pelo Plano Diretor de 1970, as tropas terrestres brasileiras encontravam-se reestruturadas organizacionalmente em 23 Grandes Unidades (em contraste com as 7 Infantarias Divisionárias dos anos anteriores), enquadradas em 7 Divisões de Exército. Um novo patamar de operacionalidade havia sido obtido mediante a aquisição de novos meios. Tudo isto pode ser sintetizado pelo resumo a seguir, baseado no CDAOMEB, onde é esboçada a estrutura organizacional de 1981.

Exército ou Comando Militar de Área	Comando Operacional	Grande Unidade Documento Origem / Data de Criação	Sede
I Exército	1ª DE	Brigada de Infantaria Pará-quadista Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Rio de Janeiro/RJ
		1ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Petrópolis/RJ
		2ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 62.949 / 05 Jul 1968	Rio de Janeiro/RJ
Comando Militar do Planalto	-	3ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 72.637 / 17 Ago 1973	Brasília/DF
I Exército	4ª DE	4ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Juiz de Fora/MG
III Exército	5ª DE	5ª Brigada de Infantaria Blindada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Ponta Grossa/PR
	3ª DE	6ª Brigada de Infantaria Blindada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Santa Maria/RS
IV Exército	7ª DE	7ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 72.637 / 17 Ago 1973	Natal/RN
III Exército	6ª DE	8ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Pelotas/RS
I Exército	1ª DE	9ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 72.997 / 24 Out 1973	Rio de Janeiro/RJ
IV Exército	7ª DE	10ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 72.637 / 17 Ago 1973	Recife/PE
II Exército	2ª DE	11ª Brigada de Infantaria Blindada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Campinas/SP
		12ª Brigada de Infantaria Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Caçapava/SP
		13ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 82.045 / 27 Jul 1978	Cuiabá/MT
III Exército	5ª DE	14ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 85.536 / 16 Dez 1980	Florianópolis/SC
		15ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 85.535 / 16 Dez 1980	Cascavel/PR
	3ª DE	16ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 85.537 / 16 Dez 1980	Santo Ângelo/RS
Comando Militar da Amazônia	-	17ª Brigada de Infantaria de Selva Decreto 85.538 / 16 Dez 1980	Porto Velho/RO
		23ª Brigada de Infantaria de Selva Decreto 77.804 / 09 Jun 1976	Marabá/PA
III Exército	3ª DE	1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Santiago/RS
		2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Uruguaiana/RS
	6ª DE	3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Decreto 63.510 / 31 Out 1968	Bagé/RS
II Exército	2ª DE	4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Decreto 85.542 / 16 Dez 1980	Campo Grande/MS
I Exército	1ª DE	5ª Brigada de Cavalaria Blindada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Rio de Janeiro/RJ
		Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (AD/1) Portaria 036 (Res) / 07 Nov 1972	Rio de Janeiro/RJ
II Exército	2ª DE	Artilharia Divisionária da 2ª Divisão de Exército (AD/2) Portaria 048 (Res) / 07 Nov 1972	Santos/SP
III Exército	3ª DE	Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército (AD/3) Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Cruz Alta/RS
IV Exército	4ª DE	Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Exército (AD/4) Decreto 72.637 / 17 Ago 1973	Pouso Alegre/MG
III Exército	5ª DE	Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército (AD/5) Decreto 72.637 / 17 Ago 1973	Curitiba/PR
	6ª DE	Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército (AD/6) Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Porto Alegre/RS

Tabela 02 – Resumo da estrutura organizacional da Força Terrestre em 1981

4. A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO EXÉRCITO A PARTIR DOS PROJETOS FT90 E FT2000

4.1 Antecedentes à FT 90 e FT2000

A década de 1980 presenciou profunda alteração no panorama geopolítico mundial através do colapso do comunismo. No âmbito dos conflitos bélicos, a imagem dos exércitos sul-americanos mudou radicalmente após a derrota argentina ante o exército do Reino Unido no Conflito das Malvinas de 1982. Sobre a devida proporção do feito inglês, observa Silva:

“(...) à época do conflito no Atlântico Sul, as Forças Armadas Argentinas dispunham dos materiais de emprego militar mais modernos do subcontinente sul-americano, tendo destaques como os carros de combate TAM, as aeronaves de caça Mirage III e Skyhawk e as belonaves como o cruzador General Belgrano e o navio aeródromo Veinticinco de Mayo. Quando o país melhor equipado militarmente da América do Sul, combatendo a 700 km de sua base territorial continental, sofreu uma completa derrota perante uma potência extracontinental, cuja base mais próxima ficava a cerca de 6000 km de distância, duas situações foram inequivocamente expostas: a primeira era que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) eram instituições inoperantes em face de interesses advindos dos EUA, fato evidenciado pelo apoio ostensivo e incondicional estadunidense aos seus aliados britânicos, em detrimento da pretendida solidariedade americana (...); a segunda era a evidente defasagem das Forças Armadas brasileiras para um conflito convencional contemporâneo de média intensidade” (SILVA, 2013, p. 100).

O grande destaque da Argentina na área bélica antes do conflito chegou a ser constatado até mesmo pelo Ministro do Exército, conforme descreve Oliveira:

“Em abril de 1981, atendendo a um convite do comandante do Exército Argentino, o general Walter Pires, então Ministro do Exército Brasileiro, visitou instalações militares daquele país e verificou que o país vizinho, em função da corrida armamentista com o Chile, havia adquirido o que havia de mais moderno em material bélico, contrastando com a obsolescência de boa parte do equipamento brasileiro, sobretudo quanto ao material de artilharia, blindados e meios eletrônicos.” (OLIVEIRA, 1995, p. 8)

No Conflito das Malvinas o Reino Unido conseguiu desdobrar operações militares a mais de 12.000 quilômetros do seu território, derrotando em 75 dias as forças argentinas. Este fato provocou a constatação de que seria necessária a urgente evolução da doutrina, dos materiais de defesa e da estrutura dos exércitos sul-americanos, conforme descreve Kulmann:

“A guerra das Malvinas explicitou para os países latino-americanos a incapacidade militar da Argentina perante a Grã-Bretanha (...) Esse conflito provocou reflexão a respeito dos caminhos da defesa no Brasil.” (KULMANN, 2007, p.1)

As conseqüências para a Força Terrestre brasileira começaram a ser sentidas antes mesmo do fim do conflito. Em 08 de junho de 1982, alguns dias antes da capitulação argentina, o General Walter expediu a Nota Ministerial 009 na qual expressava diversas ordens acerca do conflito que envolvia o país vizinho:

“Nota N° 009 Brasília, DF, 08 de junho de 1982

Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército

Considerando a atual situação no Atlântico Sul e suas possíveis repercussões no equilíbrio estratégico continental e em nossa própria organização, determino ao Estado-Maior do Exército que:

a. Analise o Plano de Organização e Articulação, visando, essencialmente, aos seguintes aspectos:

(...)

- necessidade de um núcleo potente, essencialmente profissional, com características de “força de intervenção”, indispensável à pretendida estratégia de dissuasão;

- prazos de aprestamento e atuação;

(...)

b. Avalie a propriedade do nosso armamento, material e equipamento, considerando, inclusive, os imperativos de modernização.

c. Realize estudos visando à implementação de meios eletrônicos e de busca, apreensão e localização de alvos.

(...)

Apresente:

- em curto prazo, estimativa sobre necessidades financeiras para recompletar armamento e equipamento das GU e Unidades existentes;

- em uma 2ª fase, conforme as conclusões que resultem dos estudos que estou recomendando, avaliação sobre recursos necessários para equipamento adicional.

f. Considere, ao elaborar a orçamentação para o próximo ano, a aquisição de materiais que estão sendo objeto de pesquisa e desenvolvimento por conta do Programa de Reparcelamento e Preparo do Exército e que venham a ser operacionalmente aprovados.

Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque – Ministro do Exército” (BRASIL, 1982)

Segundo Campos (2011) imediatamente após a ordem do Ministro o Chefe do Estado Maior do Exército determinou a execução de um estudo histórico-doutrinário do conflito com objetivos de reunir subsídios que fundamentassem a evolução da doutrina militar terrestre e do planejamento militar, em face do emprego de novas tecnologias e promovessem o entendimento geral das operações militares desenvolvidas no Teatro de Operações do Atlântico Sul.

Campos (2011) afirma que o trabalho resultante foi intitulado “Estudo Histórico-Doutrinário sobre a Guerra do Atlântico Sul” (BRASIL, 1982) o qual apresentou uma série de ensinamentos, demonstrando o acompanhamento atento da Força Terrestre ao conflito bélica que envolvia o vizinho da América do Sul. Campos afirma que, em 1983, possivelmente por influência do conflito, foi criado no Estado-Maior do Exército uma Seção de Estratégia cuja responsabilidade era o planejamento do “exército do futuro”, estudando a modernização da Força nos horizontes temporais de 1990, 2000 e 2015. Dali saiu o Plano de Estruturação do Exército e os projetos Força Terrestre 1990 e 2000 (FT90 e FT2000).

Segundo Campos (2011), a fim de se verificar as mudanças na estrutura organizacional do Exército a partir da década de 1980 é interessante notar a conjuntura da Força Terrestre no período posterior ao Conflito das Malvinas. Em função da deflagração da guerra na vizinhança, na qual um país vizinho (em certos aspectos à frente do Brasil em tecnologia militar) foi sumariamente derrotado, o discurso da Defesa Nacional ganhou força momentânea no Brasil. Assim, em 1985, foi apresentada ao Presidente da República uma “Exposição de Motivos” para os quais eram solicitados recursos extra-orçamentários para uma nova reestruturação da Força Terrestre. Esses recursos seriam aplicados na atualização do Plano Diretor do Exército de 1970 e objetivavam elevar os níveis de operacionalidade da Força Terrestre em curto prazo, introduzindo inovações doutrinárias relativas à potência de fogo, defesa antiaérea, comando e controle e aeromobilidade, contemplando os ensinamentos colhidos no Conflito das Malvinas.

Segundo Kulmann (2007), o estudo histórico e doutrinário sobre a Guerra do Atlântico Sul fez surgir em 1984 a primeira versão do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), plano reestruturador que, com as devidas adaptações, vem sendo atualizado bianualmente e perdura até a atualidade.

O primeiro SIPLEx previu uma reestruturação organizacional da Força Terrestre em três fases: uma de curto prazo, denominada FT 90, a qual deveria ser empreendida entre 1984 a 1990; outra de médio prazo, denominada FT 2000, a qual deveria ser concluída até o ano 2000; e, por fim, uma de longo alcance, denominada FT 21, a qual deveria moldar o Exército Brasileiro do início do século XXI e ser finalizada até 2015.

4.2 As mudanças nos Órgãos de Direção Setorial e Assessoramento

O Projeto FT90, se concretizado, deveria mudar a estrutura organizacional do Exército no panorama temporal entre 1984 e 2015. Na prática, o que se verificou foram mudanças que se estenderam apenas entre 1984 e 2005, com uma reprogramação do projeto num espaço temporal intermediário (1995) para a correção de rumos e que acabou por renomear o Projeto original para FT2000.

A reestruturação organizacional do Projeto FT90 deveria atender às demandas de evolução tecnológica da instituição. A partir da percepção de que deveria existir um órgão de direção setorial que gerenciasse as atividades científicas e o desenvolvimento do material de emprego militar nacional criou-se, através do Decreto 90.649 (BRASIL, 1984b), de 10 de Dezembro de 1984, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a qual se tornou incumbida da gestão da pesquisa e fabricação de produtos de defesa necessários à modernização do Exército.

De acordo com Kulmann (2007), o Estado-Maior do Exército realizou estudos entre 1984 e 1990 cujos resultados apontaram para a existência de diversos subsistemas que compunham o “Sistema Exército”. Os estudos constataram que alguns desses subsistemas estavam sem coordenação, tais como os subsistemas cultural e operacional, além do que existiam três órgãos de direção geral: o Alto Comando, o Estado-Maior do Exército do Exército e o Conselho Superior de Economia e Finanças, conjuntura que dificultava o processo decisório.

Uma das conclusões apontadas foi que, dentro da reorganização organizacional empreendida pelo Projeto FT90, apenas um órgão deveria ser o de direção geral. Convencionou-se que o Estado-Maior do Exército deveria ter tal incumbência. Esta situação foi concretizada somente em através do Decreto 5.751 (BRASIL, 2006), de 12 de abril de 2006.

Outra demanda apontada pelo Estado-Maior do Exército era a criação de um órgão que coordenasse o subsistema operacional. Assim foi criado através do Decreto 99.669 (BRASIL, 1990), de 6 de novembro de 1990, o Comando de Operações Terrestres (COTER), cuja missão seria gerenciar o preparo e o emprego da força militar terrestre, visando o aumento da operacionalidade e a busca constante por novas capacidades militares.

De uma forma geral, podemos comparar as mudanças antes e após a implantação do Projeto FT90 (1983 e 1991) conforme as figuras a seguir:

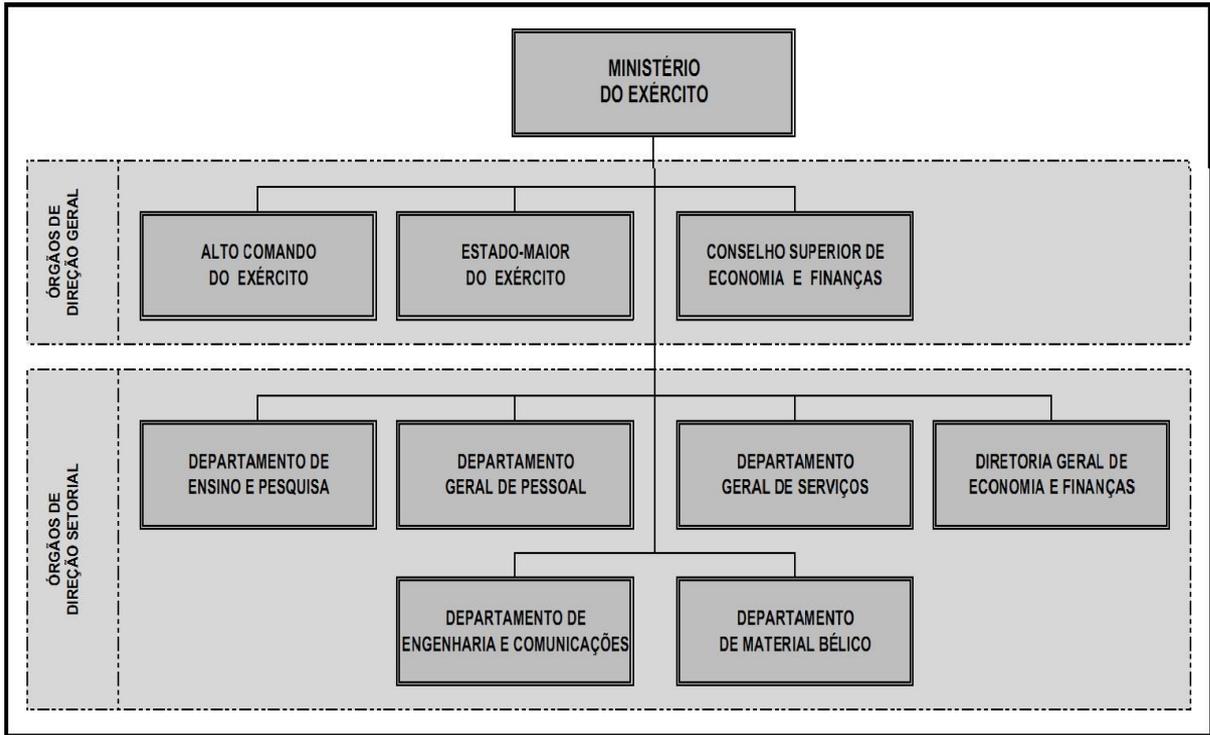


Figura 05 – Estrutura organizacional dos Órgãos de Direção Geral e Setorial antes da FT90 (1983)
(Fonte: BRASIL, 1977)

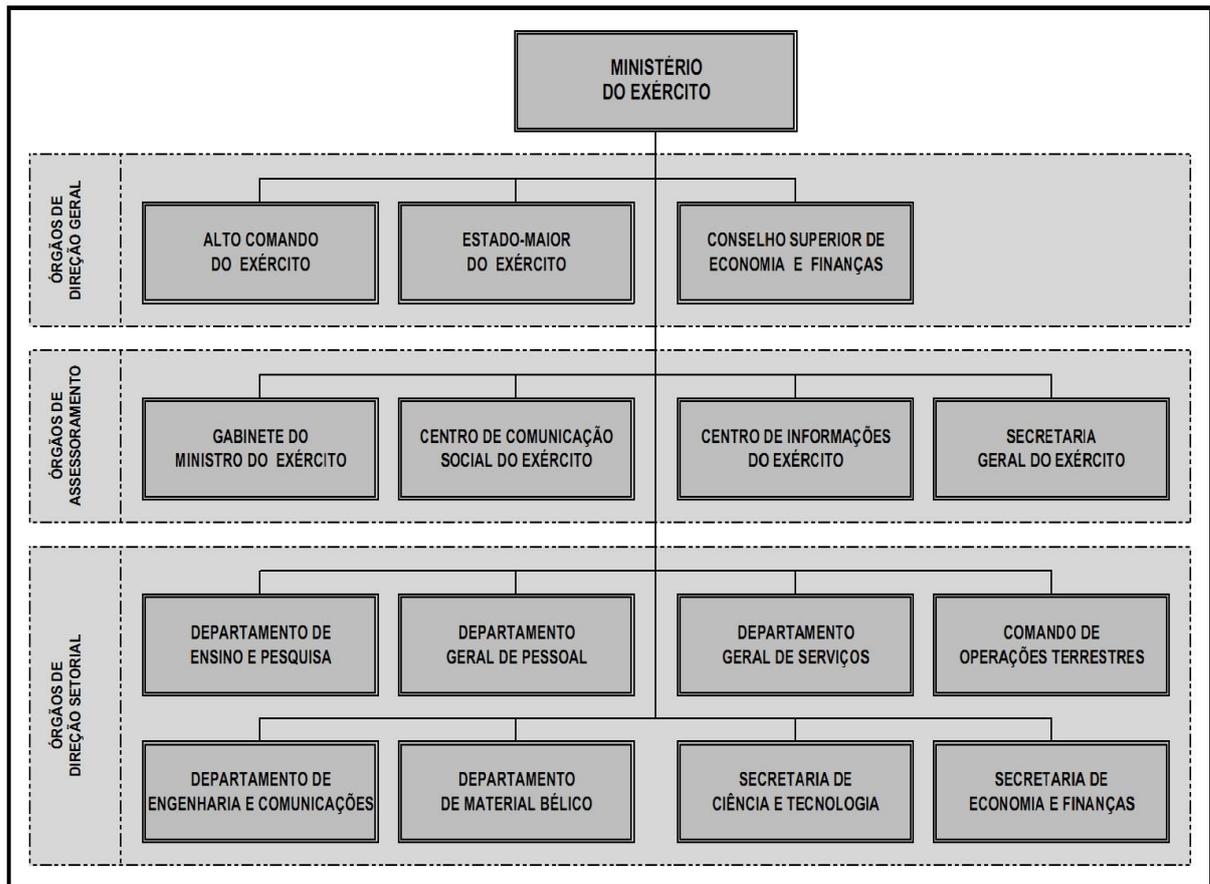


Figura 06 – Estrutura organizacional dos Órgãos de Direção Geral, Assessoramento e Direção Setorial após implementação da FT90 (1991)
(Fonte: BRASIL, 2006)

4.3 As mudanças na Força Terrestre

Uma nova reorganização territorial da Força Terrestre também foi planejada a partir do Projeto FT90. Através do Decreto 91.778 (BRASIL, 1985a), de 15 de outubro de 1985, foram extintos o I, II, III e IV Exércitos e criados em seus lugares respectivos: o Comando Militar do Leste (CML), o Comando Militar do Sudeste (CMSE) e o Comando Militar do Oeste (CMO), o Comando Militar do Sul (CMS) e o Comando Militar do Nordeste (CMNE), todos em substituição às jurisdições militares respectivas dos extintos Exércitos. Além disso, o Decreto 91.779 (BRASIL, 1985b) de 15 de outubro de 1985, regulou as sedes dos Comandos Militares de Área, reorganizando as jurisdições de cada Região Militar, conforme descritos a seguir:

a. Sedes dos Comandos Militares de Área:

- Comando Militar da Amazônia (CMA) – sede em Manaus/AM;
- Comando Militar do Nordeste (CMNE) – sede em Recife/PE;
- Comando Militar do Oeste (CMO) – sede em Campo Grande/MS;
- Comando Militar do Planalto (CMP) – sede em Brasília/DF;
- Comando Militar do Leste (CML) – sede no Rio de Janeiro/RJ;
- Comando Militar do Sudeste (CMSE) – sede em São Paulo/SP;
- Comando Militar do Sul (CMS) – sede em Porto Alegre/RS.

b. Jurisdição das Regiões Militares:

- 1ª Região Militar – jurisdição sobre os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, com sede no Rio de Janeiro/RJ;
- 2ª Região Militar – jurisdição sobre o Estado de São Paulo, com sede em São Paulo/SP;
- 3ª Região Militar – jurisdição sobre o Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre/RS;
- 4ª Região Militar – jurisdição sobre o Estado de Minas Gerais (exceto área do Triângulo Mineiro limitada a leste pelas cidades de Araguari, Nova Ponte, Indianópolis e Uberaba, todas inclusive), com sede em Juiz de Fora/MG;
- 5ª Região Militar – jurisdição sobre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, com sede em Curitiba/PR;
- 6ª Região Militar – jurisdição sobre os Estados da Bahia e de Sergipe, com sede em Salvador/BA;

- 7ª Região Militar – jurisdição sobre os Estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas e Território de Fernando de Noronha, com sede em Recife/PE;

- 8ª Região Militar – jurisdição sobre os Estados do Pará, Maranhão e Amapá e a área do Estado de Goiás ao norte das cidades de Wanderlândia, Babaçulândia e Xambioá, todas inclusive, com sede em Belém/PA;

- 9ª Região Militar – jurisdição sobre os Estados do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e de Rondônia, com sede em Campo Grande/MS;

- 10ª Região Militar – jurisdição sobre os Estados do Ceará e do Piauí, com sede em Fortaleza/CE;

- 11ª Região Militar – jurisdição sobre o Distrito Federal, a área do Triângulo Mineiro e o Estado de Goiás (exceto a área sob a jurisdição da 8ª Região Militar), com sede em Brasília/DF;

- 12ª Região Militar – jurisdição sobre os Estados do Amazonas e do Acre e o território de Roraima, com sede em Manaus/AM.

Cabe ressaltar que o Comando Militar do Oeste deveria ser exercido cumulativamente com o Comando da 9ª Região Militar e da 9ª Divisão de Exército. O Comando Militar do Planalto também deveria ser exercido cumulativamente com o Comando da 11ª Região Militar.

O Decreto 91.779 (BRASIL, 1985b) de 15 de outubro de 1985, regulou ainda que os Comandos Militares de Área deveriam abranger as seguintes áreas:

- Comando Militar do Leste – jurisdição sobre as áreas das 1ª e 4ª Regiões Militares;

- Comando Militar do Sudeste – jurisdição sobre a área da 2ª Região Militar;

- Comando Militar do Sul – jurisdição sobre as áreas das 3ª e 5ª Regiões Militares.

- Comando Militar do Nordeste – jurisdição sobre as áreas das 6ª, 7ª e 10ª Regiões Militares;

- Comando Militar da Amazônia – jurisdição sobre as áreas das 8ª e 12ª Regiões Militares;

- Comando Militar do Oeste – jurisdição sobre a área da 9ª Região Militar;

- Comando Militar do Planalto – jurisdição sobre a área da 11ª Região Militar.

Segundo Filho (1992) a reestruturação organizacional planejada nas FT90 e FT2000 previa a criação de novos Grandes Comandos e Grandes Unidades:

a. criação de 4 Divisões de Exército: previstas para serem ativadas nos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Santa Catarina.

b. criação de 12 Brigadas: 1 Brigada de Aviação do Exército (a ser ativada na Região Sudeste); 2 Brigadas de Infantaria Motorizada (a serem ativadas na Bahia e Ceará); 1 Brigada de Infantaria de Montanha (transformação da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada de Juiz de Fora/MG); 2 Brigadas de Infantaria de Selva (a serem ativadas em Roraima e Amapá), 1 Brigada de Infantaria Leve Aeromóvel (a ser ativada em Goiânia/GO), 1 Brigada de Cavalaria Mecanizada (a ser ativada em Santa Catarina); 2 Brigadas de Artilharia Antiaérea (a serem ativadas no Rio de Janeiro e São Paulo) e 4 Brigadas da Artilharia Costa (a serem ativadas nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste).

Segundo Kuhlmann (2007), de todos os planejamentos previstos a serem implantados pela FT90, poucos foram aqueles que conseguiram ser executados. As grandes restrições orçamentárias que assolaram as Forças Armadas na década de 90 e início dos anos 2000 não permitiram a obtenção de recursos financeiros para que as mudanças planejadas pudessem ser executadas. Pouco se pôde fazer para que a política de presença em todo o território nacional, um dos grandes objetivos das FT90 e FT2000, pudesse ser colocada em prática. Como exemplo desta assertiva, verifica-se que, na questão dos Grandes Comandos, das Divisões de Exército inicialmente planejadas, apenas uma foi criada e somente em 2004: a 8ª Divisão de Exército sediada em Belém/PA.

Quantos às Grandes Unidades, Kuhlmann (2007) afirma também que as duas Brigadas de Infantaria Motorizada planejadas para o Nordeste não foram efetivadas. A transformação da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada para Infantaria de Montanha somente ocorreu em 2013. As Brigadas de Infantaria de Selva não foram criadas, porém houve a transferência e a transformação de três Brigadas de Infantaria Motorizada (numa clara pretensão de desconcentrar quartéis das Regiões Sul e Sudeste) em Brigadas de Infantaria de Selva, a saber: a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (transferida de Petrópolis/RJ para Boa Vista/RR em 1992); a 2ª Brigada de Infantaria Motorizada (transferida de Niterói/RJ para São Gabriel da Cachoeira/AM em 2004); e a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada (transferida de Santo Ângelo/RS para Tefé/AM em 1993).

Ainda segundo Kulmman (2007), o Comando Militar do Sudeste foi um dos que mais viveu alterações no âmbito da implantação das FT90 e FT2000: das duas Brigadas de Artilharia Antiaérea planejadas, apenas a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea foi concretizada em 1992 na cidade de Santos/SP; a Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), que fora planejada para ser ativada em Goiânia/GO, acabou se tornando realidade pela transformação da 12ª Brigada de Infantaria em Caçapava/SP em 1995; e a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, sediada em Campinas/SP, foi transformada em Brigada de Infantaria Leve (Garantia da Lei e da Ordem – GLO) em 2004.

Por fim, em Goiânia/GO, em lugar de uma Brigada de Infantaria Leve, surgiu, numa transformação concebida pela FT2000, a Brigada de Operações Especiais no ano de 2004. Infelizmente a Brigada de Cavalaria Mecanizada planejada para ser criada em Santa Catarina bem como as Brigadas de Artilharia de Costa planejadas não foram efetivadas. Ao final de 2005, a distribuição territorial das Grandes Unidades do Exército Brasileiro podia se descrita da seguinte maneira:



Figura 07 – Distribuição territorial da Força Terrestre brasileira a partir da FT90 e FT2000 em 2005
(Fonte: BRASIL, 2006)

Comando Militar	Subordinação	Grande Unidade Documento Origem / Data de Criação	Sede
Comando Militar do Planalto	CMP	Brigada de Operações Especiais Decreto 4.289 / 27 Jun 2002	Goiânia/GO
Comando Militar do Leste	1ª DE	Brigada de Infantaria Pará-quadista Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Rio de Janeiro/RJ
Comando Militar do Sudeste	2ª DE	Brigada de Aviação do Exército Decreto S/Nr / 19 Jul 1993	Taubaté/SP
Comando Militar da Amazônia	CMA	1ª Brigada de Infantaria de Selva Decreto S/Nr / 13 Nov 1991	Boa Vista/RR
		2ª Brigada de Infantaria de Selva Decreto 5.107 / 16 Jun 2004	São Gabriel da Cachoeira/AM
Comando Militar do Planalto	CMP	3ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 4.828 / 03 Set 2003	Cristalina/GO
Comando Militar do Leste	4ª DE	4ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Juiz de Fora/MG
Comando Militar do Sul	3ª DE	6ª Brigada de Infantaria Blindada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Santa Maria/RS
Comando Militar do Nordeste	7ª DE	7ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 72.637 / 17 Ago 1973	Natal/RN
Comando Militar do Sul	6ª DE	8ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Pelotas/RS
Comando Militar do Leste	1ª DE	9ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 72.997 / 24 Out 1973	Rio de Janeiro/RJ
Comando Militar do Nordeste	7ª DE	10ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 72.637 / 17 Ago 1973	Recife/PE
Comando Militar do Sudeste	2ª DE	11ª Brigada de Infantaria Leve (GLO) Decreto 5.261 / 03 Nov 2004	Campinas/SP
		12ª Brigada de Infantaria Leve (Amv) Decreto 114 / 16 Jun 1995	Caçapava/SP
Comando Militar do Oeste	CMO	13ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 82.045 / 27 Jul 1978	Cuiabá/MT
Comando Militar do Sul	5ª DE	14ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 85.536 / 16 Dez 1980	Florianópolis/SC
		15ª Brigada de Infantaria Motorizada Decreto 85.535 / 16 Dez 1980	Cascavel/PR
Comando Militar da Amazônia	CMA	16ª Brigada de Infantaria de Selva Decreto S/Nr / 08 Jul 1992	Tefé/AM
		17ª Brigada de Infantaria de Selva Decreto 85.538 / 16 Dez 1980	Porto Velho/RO
Comando Militar do Oeste	CMO	18ª Brigada de Infantaria de Fronteira Decreto 92.170 / 18 Dez 1985	Corumbá/MS
Comando Militar da Amazônia	CMA	23ª Brigada de Infantaria de Selva Decreto 77.804 / 09 Jun 1976	Marabá/PA
Comando Militar do Sul	3ª DE	1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Santiago/RS
	6ª DE	2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Uruguaiana/RS
		3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Decreto 63.510 / 31 Out 1968	Bagé/RS
Comando Militar do Oeste	CMO	4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada Decreto 85.542 / 16 Dez 1980	Campo Grande/MS
Comando Militar do Sul	5ª DE	5ª Brigada de Cavalaria Blindada Decreto 5.261 / 03 Nov 2004	Ponta Grossa/PR
Comando Militar do Leste	1ª DE	Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (AD/1) Portaria 036 (Res) / 07 Nov 1972	Rio de Janeiro/RJ
Comando Militar do Sul	3ª DE	Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército (AD/3) Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Cruz Alta/RS
	5ª DE	Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército (AD/5) Decreto 72.637 / 17 Ago 1973	Curitiba/PR
	6ª DE	Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército (AD/6) Decreto (Res) 01 / 11 Nov 1971	Porto Alegre/RS
Comando Militar do Sudeste	2ª DE	1ª Brigada de Artilharia Antiaérea Decreto 97.601 / 31 Mar 1989	Guarujá/SP

Tabela 03 – Resumo da estrutura organizacional da Força Terrestre em 2005

Segundo Kulmann (2007), a FT90 teve tiveram como objetivo também diminuir o hiato tecnológico da Força Terrestre em relação aos exércitos dos demais países da América do Sul. Este autor faz menção à “qualidade operacional das brigadas” do Exército durante a década de 1990 como ultrapassadas, de inexpressivo nível tecnológico, com baixo nível de adestramento, pouca capacidade de mobilidade estratégica e quase nenhuma blindagem. Este panorama conduziu a FT90 a modernizar estruturas visando o aumento da operacionalidade e da capacidade de pronta resposta da Força Terrestre.

No sentido de atender as necessidades de adequação à guerra eletrônica moderna foi criado em Brasília/DF, o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, através do Decreto 89.445 (BRASIL, 1984a), de 19 de março de 1984, o qual iniciou um processo de modernização que culminou com a evolução para o Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército em 2015. A aquisição de modernos sistemas de busca de alvos e de direção eletrônica de tiro para a artilharia propiciou a criação da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea em 1992, em Santos/SP, a qual também já evoluiu na atualidade para o Comando de Artilharia Antiaérea. Por fim, com a intenção de implantar uma aviação de asas rotativas que atendesse o grande anseio por aeromobilidade própria da Força Terrestre foi criada a Brigada de Aviação do Exército em Taubaté/SP através de Decreto S/Nr de 19 de julho de 1993, a qual, na atualidade, já evoluiu também para o Comando de Aviação do Exército.

A atualização do SIPLEx de 1995 estabeleceu um novo foco para o aumento da operacionalidade face às severas restrições orçamentárias que as Forças Armadas enfrentavam em meados dos anos 90. O novo planejamento foi renomeado de FT90 para FT2000 e foi o responsável por diversas mudanças executadas entre 1995 e 2005 as quais, em muitos pontos, eram planos do Projeto FT90 não efetivados. Os poucos recursos financeiros disponíveis conduziram a um novo planejamento de articulação de tropas, conforme se depreende do texto retirado do SIPLEx:

Na impossibilidade de, a curto prazo, aumentar a capacitação operacional de toda a atual FT, adotar-se-á a seguinte estratégia: selecionar e investir num “núcleo de forças”, dentro da atual FT, que constituam o “núcleo de modernidade”. (BRASIL, 1995, p. 14)

O “núcleo de modernidade” eleito para receber a prioridade dos investimentos foi constituído por “Forças de Pronto-Emprego” e tropas ligadas à guerra eletrônica (BRASIL, 1995). As “Forças de Pronto-Emprego” eram Grandes Unidades e Unidades destinadas a atuar tanto na defesa externa quanto na interna,

com prioridade de atuação na própria área estratégica de sua sede, e eventualmente em operações de paz. Nomearam-se como “Forças de Pronto-Emprego” a Brigada de Infantaria Paraquedista e a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada Escola (ambas sediadas no Rio de Janeiro/RJ), a 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) sediada em Caçapava/SP e a Brigada de Aviação do Exército (sediada em Taubaté/SP). Incluíram-se ainda dentro do “núcleo de modernidade” o 1º Batalhão de Forças Especiais (sediado no Rio de Janeiro/RJ) e o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado de São Leopoldo/RS, o qual foi designado para estar permanentemente preparado para integrar “Forças de Paz”, caso a conjuntura internacional assim demandasse (BRASIL, 1995).

Como mudanças implantadas a partir da FT2000 podemos destacar: a criação da Brigada de Operações Especiais em Goiânia/GO através do Decreto 4.289 (BRASIL, 2002) de 27 de junho de 2002 (conforme já abordado anteriormente); a transferência da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada de Goiânia/GO para Cristalina/GO através do Decreto 4.828 (BRASIL, 2003) de 03 de setembro de 2003; a transformação da 5ª Brigada de Infantaria Blindada em Brigada de Cavalaria Blindada em Ponta Grossa/PR através do Decreto 5.261 (BRASIL, 2004b), de 03 de novembro de 2004, e a transferência da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada de Niterói/RJ para São Gabriel da Cachoeira/AM (com a devida transformação em Brigada de Infantaria de Selva) através do Decreto 5.107 (BRASIL, 2004a), de 16 de junho de 2004 (também já abordado anteriormente).

Infere-se parcialmente que as modificações implantadas pelos Projetos FT90 e FT2000 transformaram profundamente a organização estrutural do Exército Brasileiro. O Estado-Maior do Exército passou a ser o Órgão de Direção Geral da instituição. Novos Órgãos de Direção Setorial – a Secretaria de Ciência e Tecnologia e o Comando de Operações Terrestres – foram criados. Os Órgãos de Assessoramento e Apoio foram reestruturados. Os antigos I, II, III e IV Exércitos foram transformados em Comandos Militares de Área com jurisdições territoriais rearticuladas. A transferência de Brigadas para a região amazônica oriundas do Sul e Sudeste possibilitou desconcentrar um pouco o elevado número de quartéis do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Os novos materiais de emprego militar adquiridos (aviação de asa rotativa, equipamentos de guerra eletrônica e sistemas de busca de alvos e tiro eletrônico de artilharia) possibilitaram a aquisição de capacidades operacionais até então inéditas à Força Terrestre brasileira.

Entre 1984 e 2005 o Exército viveu um novo impulso de operacionalidade com a aquisição dos novos equipamentos. As áreas fronteiriças (principalmente as amazônicas) foram melhor ocupadas, prevalecendo a política da estratégia de presença em todo o território nacional. As Forças de Pronto-Emprego, calcadas na aeromobilidade, tornaram-se um importante fator de dissuasão. Por fim, tropas altamente especializadas passaram a compor os quadros da Força Terrestre, dotando-a de maior flexibilidade e poder de combate.

Uma nova fase na evolução da estrutura organizacional da instituição se iniciou em meados de 2005. O Estado-Maior do Exército empreendeu novos estudos para adaptar a Força Terrestre à realidade dos conflitos de amplo espectro do século XXI. Marcou-se o horizonte temporal de 2030 até o qual deveriam ser empreendidos esforços para o atingimento de um novo patamar de operacionalidade face às novas demandas (BRASIL, 2010).

Os estudos empreendidos pelo Estado-Maior geraram um novo planejamento denominado “Processo de Transformação do Exército” que consiste num conjunto de ações a serem executadas entre 2010 e 2030 e operacionalizadas através do chamado “Projeto de Força” (PROFORÇA), sob a premissa da modernização da instituição num quadro de ausência de restrições orçamentárias (BRASIL, 2010). As atividades reestruturantes implantadas a partir do PROFORÇA permanecem sendo executadas até os dias atuais.

5. CONCLUSÃO

A evolução do Exército Brasileiro sempre foi um ideal almejado por comandantes militares e governantes em diferentes épocas da história nacional. Neste contexto, profundas transformações na organização da Força Terrestre ocorreram no período compreendido entre 1970 e 2005.

A organização militar existente antes dos anos 70 fora fortemente influenciada pela doutrina militar francesa, a qual imprimiu fortes marcas no pensamento militar do país. Em 1967 vigorava uma estrutura antiquada baseada nas Divisões de Infantaria e Cavalaria e nas Artilharias Divisionárias inspiradas no modelo francês da I Guerra Mundial, demonstrando carência de atualização na concepção brasileira de sua estrutura organizacional.

Os estudos realizados ao fim da década de 60 culminaram com a implantação de um novo Plano Diretor (1970), o qual reformulou profundamente a estrutura organizacional do Exército desde os Órgãos de Direção Geral e Setorial até a forma a como se organizava a Força Terrestre. Como verificado, esta mudança alterou o panorama da concepção de emprego da força, com as Brigadas assumindo o papel tático das Grandes Unidades básicas numa combinação de Armas, elementos de apoio ao combate e de apoio logístico.

A Guerra das Malvinas (ou Falklands) envolvendo a vizinha Argentina também foi se tornou um fator motivador de mudanças estruturais no Exército Brasileiro. O panorama geopolítico conflitante da América do Sul, aliado a aquisição e a evolução de materiais de emprego militar durante os anos 80 impulsionaram a adoção de novas reformulações empreendidas através do Projeto FT-90, o qual implementou novas estruturas de emprego na Força Terrestre, prosseguindo no reequipamento das tropas.

As restrições orçamentárias da década de 90 e início dos anos 2000 conduziram a rearticulação da política de ocupação militar do território nacional. Dentro da nova concepção empreendida através da FT2000, Grandes Unidades e Organizações Militares das Regiões Sul e Sudeste foram interiorizadas na Região Amazônica, numa clara tentativa de desconcentração dos inúmeros quartéis aglomerados no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro ao longo dos anos. Num quadro de acentuada carência de recursos, optou-se por vias mais pragmáticas, com a escolha de algumas estruturas que passaram a ser a prioridade da Força Terrestre no sentido de se fornecer pronta resposta às demandas de segurança e defesa.

Conclui-se, portanto, que as mudanças estruturais implantadas entre 1970 e 2005 consistiram numa busca constante de projeção do Exército Brasileiro à altura da nação a qual serve. A estatura geopolítica do maior país sul-americano sempre norteou chefes militares e políticos a buscarem a ampliação do poder da Força Terrestre brasileira, de forma a corresponder a dimensão da importância que país alcançou no Sistema Internacional.

Da análise dos projetos reestruturantes empreendidos, infere-se que a estrutura organizacional da Força, historicamente, sempre demonstrou carecer de melhorias e aperfeiçoamentos, de forma a se adequar as demandas conjunturais de cada época. E baseado no contexto vivido, os projetos foram se adaptando a permanente realidade de carência de recursos para a defesa vividos no país.

Conclui-se ainda que as reformulações na estrutura organizacional entre 1970 e 2005 contribuíram para o aumento da operacionalidade da Força Terrestre, evoluindo os Órgãos de Direção Geral e Setorial no sentido de adaptarem às novas demandas da instituição e do setor de defesa e aperfeiçoando as articulações de comando e controle entre os Grandes Comandos e as Organizações Militares que operacionalizam a atividade-fim do Exército Brasileiro.

Por fim, verifica-se que o assunto em questão se constitui em um tema de grande interesse aos Oficiais do Quadro de Estado-Maior (QEMA), já que, conforme a legislação atual pertinente, os mesmos têm por obrigação encontrar-se em permanentes condições de prestar assessoramento na tomada de decisões nos níveis político e estratégico, onde a maioria das mudanças de estrutura organizacional são pensadas e geridas. O conhecimento da história militar do Exército Brasileiro no tocante as evoluções de sua organização estrutural pode se tornar um fator decisivo no momento em que os adequados assessoramentos em assuntos atinentes a este contexto se fizerem necessários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vágner C. **Da Itália à Coréia: Decisões sobre ir ou não à guerra**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ALVES, Vagner C.; CAMPOS, Márcio T. de. A guerra das Falklands/Malvinas e o Exército Brasileiro. **Tensões mundiais**, v.8, n. 14, janeiro de 2012. Fortaleza: UFCE, 2012.

AMORIM, Rose Mary Guerra. **O Governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados**. 2008. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Decreto 31.393, de 05 de setembro de 1952. **Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre**. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 13.962. Publicado em 05 de setembro de 1952.

_____. Decreto 39.863, de 28 de agosto de 1956. **Cria os Exércitos constitutivos das Forças Terrestres**. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 16.313. Publicado em 28 de agosto de 1956a.

_____. Decreto 40.179, de 27 de outubro de 1956. **Cria o Comando Militar da Amazônia**. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 20.513. Publicado em 27 de outubro de 1956b.

_____. Decreto 41.186, de 20 de março de 1957. **Trata da organização das Forças Terrestres e dos órgãos Territoriais em tempo de paz**. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 6.614. Publicado em 21 de março de 1957a.

_____. Decreto 42.520, de 28 de outubro de 1957. **Dá nova denominação a Grande Unidade**. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 24.629. Publicado em 28 de outubro de 1957b.

_____. Decreto 48.138, de 25 de abril de 1960. **Cria a 11ª Região Militar e o Comando Militar de Brasília**. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 7.713. Publicado em 25 de abril de 1960.

_____. Decreto 61.082, de 27 de julho de 1967. **Aprova o novo Regulamento para o Alto Comando do Exército. (R. 189/67)**. Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 7.952. Publicado em 28 de julho de 1967a.

_____. Decreto 63.573, de 07 de novembro de 1968. **Transforma, cria e muda a denominação de Organizações Militares e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 9.970. Publicado em 07 de novembro de 1968.

_____. Decreto 64.138, de 26 de fevereiro de 1969. **Cria o Comando Militar do Planalto.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 1.713. Publicado em 26 de fevereiro de 1969a.

_____. Decreto 64.716, de 18 de junho de 1969. **Cria a Diretoria-Geral de Economia e Finanças do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 5.199. Publicado em 19 de junho de 1969b.

_____. Decreto 65.021, de 19 de agosto de 1969. **Aprova o Regulamento para o Conselho Superior de Economia e Finanças e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 7.064. Publicado em 19 de agosto de 1969c.

_____. Decreto 65.686, de 10 de novembro de 1969. **Cria o Departamento de Ensino do Ministério do Exército.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 9.737. Publicado em 11 de novembro de 1969d.

_____. Decreto 66.215, de 17 de fevereiro de 1970. **Dá nova denominação ao Departamento de Ensino do Ministério do Exército e aprova seu regulamento.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 1.228. Publicado em 18 de fevereiro de 1970a.

_____. Decreto 66.216, de 17 de fevereiro de 1970. **Rearticula as organizações de ensino do Exército, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 1.230. Publicado em 18 de fevereiro de 1970b.

_____. Decreto 68.116, de 27 de janeiro de 1971. **Muda a denominação do Departamento de Provisão Geral do Ministério do Exército.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 769. Publicado em 29 de janeiro de 1971a.

_____. Decreto 68.117, de 27 de janeiro de 1971. **Organiza o Departamento Geral de Serviços do Ministério do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 769. Publicado em 29 de janeiro de 1971b.

_____. Decreto 68.118, de 27 de janeiro de 1971. **Organiza o Departamento de Material Bélico do Ministério do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial

da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 771. Publicado em 29 de janeiro de 1971c.

_____. Decreto 68.119, de 27 de janeiro de 1971. **Muda a denominação do Departamento de Produção e Obras do Ministério do Exército.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 771. Publicado em 29 de janeiro de 1971d.

_____. Decreto 68.120, de 27 de janeiro de 1971. **Organiza o Departamento de Engenharia e Comunicações do Ministério do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 771. Publicado em 29 de janeiro de 1971e.

_____. Decreto 68.121, de 27 de janeiro de 1971. **Reorganiza o Departamento Geral do Pessoal do Ministério do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 772. Publicado em 29 de janeiro de 1971f.

_____. Decreto 68.277, de 19 de fevereiro de 1971. **Reorganiza o Departamento Geral do Pessoal do Ministério do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 1.399. Publicado em 25 de fevereiro de 1971g.

_____. Decreto 71.823, de 07 de fevereiro de 1973. **Reorganiza o Departamento de Ensino e Pesquisa do Ministério do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 1.556. Publicado em 08 de fevereiro de 1973a.

_____. Decreto 72.620, de 15 de agosto de 1973. **Subordina diversos órgãos à Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos e à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial, do Ministério do Exército, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 8.099. Publicado em 16 de agosto de 1973b.

_____. Decreto 72.637, de 17 de agosto de 1973. **Modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 8.196. Publicado em 20 de agosto de 1973c.

_____. Decreto 89.445, de 19 de março de 1984. **Cria o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica no Ministério do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 3.939. Publicado em 20 de março de 1984a.

_____. Decreto 90.649, de 19 de dezembro de 1984. **Cria a Secretaria de Ciência e Tecnologia, o Centro de Avaliações do Exército, altera o Decreto de Organização Básica do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 18.412. Publicado em 21 de novembro de 1984b.

_____. Decreto 91.778, de 15 de outubro de 1985. **Dispõe sobre a extinção dos Exércitos e a criação de Comandos Militares de Área no Ministério do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 15.074. Publicado em 16 de outubro de 1985b.

_____. Decreto 91.779, de 15 de outubro de 1985. **Dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos Militares de área e Regiões Militares e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 15.075. Publicado em 16 de outubro de 1985b.

_____. Decreto 99.669, de 06 de novembro de 1990. **Dispõe sobre a criação do Comando de Operações Terrestres e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 21.116. Publicado em 07 de novembro de 1990.

_____. Decreto 4.289, de 27 de junho de 2002. **Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 7. Publicado em 28 de junho 2002.

_____. Decreto 4.828, de 03 de setembro de 2003. **Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 23. Publicado em 04 de setembro de 2003.

_____. Decreto 5.107, de 16 de junho de 2004. **Dispõe sobre a 2ª Brigada de Infantaria de Selva e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 3. Publicado em 17 de junho de 2004a.

_____. Decreto 5.261, de 03 de novembro de 2004. **Dispõe sobre a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e a 5ª Brigada de Infantaria Blindada e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 1. Publicado em 04 de novembro de 2004b.

_____. Decreto 5.751, de 12 de abril de 2006. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 2. Publicado em 13 de abril de 2006.

_____. Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1 (Suplemento). Atos do Poder Executivo. p. 4. Publicado em 27 de fevereiro de 1967b.

_____. Decreto Reservado 01, de 11 de novembro de 1971. **Modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 9.185. Texto do Decreto não publicado no Diário Oficial, somente a ementa. Publicado em 16 de novembro de 1971h.

_____. Lei 2.851, de 25 de agosto de 1956. **Dispõe sobre a Organização Básica do Exército.** Diário Oficial da União. Seção 1. Atos do Poder Executivo. p. 16.305. Publicado em 28 de agosto de 1956c.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Catálogo de Destino dos Acervos de Organizações Militares do Exército Brasileiro (CDAOMEB).** Arquivo Histórico do Exército (AHEx). Rio de Janeiro, 2019.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Manual de Transformação do Exército.** 3ª edição. 2010.

_____. Ministério do Exército. **Instruções Provisórias 101-5 - Estado-Maior e Ordens.** 1º e 2º Partes (2 volumes). Aprovado através da Portaria Nº 071-EME, de 01 de julho de 1971i

_____. Ministério do Exército. Nota Ministerial 040-AP. **Diretriz para o Reaparelhamento do Exército no período 1970-1973.** Publicado em 25 de setembro de 1970c.

_____. Ministério do Exército. Nota Ministerial 009. **Determinações ao Chefe do Estado-Maior do Exército.** Expedida em 08 de junho de 1982.

_____. Ministério do Exército. Ofício Nr 15-2ª SCh EME. **Plano Diretor de Organização do Exército.** Publicado em 05 de novembro de 1970d

CÂMARA, Hiram de Freitas, Marechal José Pessôa: o ideal alcançado. **Revista Da Cultura.** Rio de Janeiro, Ano XI, Nr 19, Janeiro. 2012.

CAMPOS, Marcio T. de. **A guerra das Falklands/Malvinas e suas repercussões no Exército Brasileiro.** Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

- CARREIRA, Dorival. **Organização, sistemas e métodos: ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa.** São Paulo: Saraiva, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CHIAVENATO, Adalberto. **Introdução a Teoria Geral da Administração.** 7ª ed. São Paulo: Elsevier – Campus, 2003.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.
- CYSNE, Rubens P. **A economia brasileira no período militar.** In. SOARES, Gláucio A. D.; D'ARAUJO, Maria C. (organizadores) **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- DINIZ, Esteves. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército.** Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996.
- DOMINGUES, Antonio Aparicio Innacio. Forças helitransportadas de Infantaria. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, Ano 56, Nr 634, novembro-dezembro. 1970.
- ECEME. **Plano da Disciplina de Geopolítica, Política, Estratégia e Relações Internacionais.** 1ª Edição. 2018a.
- ECEME. **Plano da Disciplina de História Militar.** 1ª Edição. 2018b.
- FILHO, Geraldo L. Cavagnari. Autonomia militar e construção da potência. In. OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de et al. **As Forças Armadas no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987
- FILHO, Eliéser Girão Monteiro. **O Exército Brasileiro para o século XXI e a profissionalização de parte de suas OM: uma proposta.** Trabalho de Conclusão de Curso – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 1992.
- FOLHA DA MANHÃ. **A vitória como fator de alegria e expressão do progresso popular.** São Paulo: Jornal Folha da Manhã, Nr 10.484, 1º de julho. Editorial. p. 6. 1958.
- HALL, R. H. **Organizações: estrutura, processos e resultados.** 8. ed. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2006.
- HIRST, Monica. **Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- JÚNIOR, Moisés da Paixão. Breve histórico do Estado-Maior do Exército: implicações para a doutrina militar terrestre. **Doutrina Militar Terrestre em Revista.** Brasília. Ano 01, Edição 02, abril-junho. 2013

KLINGER, Bertholdo; CARVALHO, Estevão Leitão de; REIS, J. de Souza. **A DEFEZA NACIONAL**. Revista de Assumptos Militares. Rio de Janeiro. Nr 1, 10 de outubro de 1913. Editorial. 1913.

KULMANN, Paulo. **Exército brasileiro: estrutura militar e ordenamento político 1984-2007**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

_____, Paulo. **Mudança de missões e estrutura de defesa do Exército Brasileiro (1985-2007)**. In: 9º CONGRESSO INTERNACIONAL, 2008, Louisiana (EUA): Brazilian Studies Association (BRASA), 2008. Disponível em http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Paulo-Kuhlmann.pdf. Acesso em: 25 de março de 2019

MANDUCA, P. C. **Política externa e segurança internacional: Brasil potência ao Fome Zero global**. Revista de Estudos Estratégicos. Nr 01, jun/dez 2006. Campinas: Unicamp, 2006.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército Brasileiro (1931-1937)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO. **Mensagem do Comandante do Exército: 19 de abril – Dia do Exército**. Brasília/DF, Ano XII, Nr 154, 19 Abr 2010, Capa. 2010

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, Humberto J. C. Guerra **Eletrônica Ontem, Hoje e Amanhã – Comentários**. Texto de palestra proferida na Academia Militar das Agulhas Negras em 20 de setembro de 1995.

PINTO, Ruperto C. **Um dilema para o Exército: diesel ou gasolina?** A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, Nr 611, Ano 52, janeiro-fevereiro, 1967.

POZZOBOM, Zolá. **Reorganização da Cavalaria Brasileira**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, Ano 54, Nr 617, janeiro-fevereiro, 1968.

ROCHA, Cezar M. **Considerações sobre a Cavalaria do Exército Brasileiro**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, Ano 54, Nr 620, julho-agosto, 1968.

SANT'ANNA, Jorge F.M et al. **Nova organização para a Cavalaria**. A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, Ano 52, Nr 610, novembro-dezembro, 1966.

SANTO, Sylvio O Espírito. **O que se passa com a Artilharia de Mallet?** A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, Ano 52, Nr 610, novembro-dezembro. 1966.

SILVA, Fernando Augusto Valentini da. **O Processo de Transformação do Exército: extensão, fontes e fatores intervenientes.** 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Peterson Ferreira da. **A política industrial de defesa no Brasil (1999-2014): intersetorialidade e dinâmica de seus principais atores.** Tese (Doutorado em Ciências) -- Universidade de São Paulo, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2008.